DIARIO OFFICIAL

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX — 2º DA REPUBLICA — N. 29

RIO DE JANEIRO

QUINTA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 1890

DIARIO OFFICIAL

O novo banco

O governo não tem necessidade de defender seu acto que promoveu a incorporação do Banco dos Estados Unidos do Brazil, e concedeu-lhe favores especiaes para consecução dos grandiosos fins que são o objecto daquella criação.

O acto do governo foi pautado nos mais sãos principios da economia politica e social aceitos entre todas as nações e applicados especialmente ao Brazil, e sujeitos ás condições da actualidade.

Foi ainda a criação do Banco dos Estados Unidos do Brazil objecto do mais detido estudo; foram consultados todos os representantes dos interesses reaes do paiz em assumptos bancarios, cujo espirito está isento das considerações de interesse pessoal; foi a comprehensão verdadeira dos interesses geraes do paiz, ainda mesmo em opposição a alguns interesses particulares, o unico objectivo que o governo teve em vista.

Nestas condições, julga o governo escusada a defesa do seu acto.

Nem mesmo se arreceia da grita dos interesses contrariados, que, procurando transviar a opinião, tem, ora com má fé, ora com ignorancia palpavel do assumpto, anarc'hizado a discussão, promovendo contra o Banco dos Estados Unidos do Brazil uma guerra desleal, cuja victoria seria a derrota dos legitimos interesses do paiz em beneficio da carteira de meia duzia de especuladores.

Mas, desde que levanta-se um orgão da opinião, que se diz autorizado a fallar em nome de uma classe que merece a consideração do governo provisório da Republica, julga este de seu dever mostrar ao paiz, mostrar á classe dos engenheiros e industriaes que as proposições emittidas pelo seu representante, na reunião de 27 de janeiro corrente, foram tão tumultuarias e improcedentes, como tumultuario foi o procedimento dos adversarios do governo naquella reunião, abafando a voz de profissionaes distinctos, que procuraram orientar a discussão, e que tinham, na manifestação de suas opiniões, iguaes direitos aos que se inculcaram como representantes da classe.

Estabelecidos, portanto, estes principios e sujeita esta discussão ao methodo conveniente, vejamos quaes são os pontos capitales do

pretensio libello accusatorio apresentado na reunião de 27 de janeiro, e que serão aqui reduzidos aos seus verdadeiros termos.

Prova á evidencia o primeiro item adduzido contra o governo pelo orgão dos engenheiros e industriaes a fraqueza da argumentação e a absoluta carencia de factos a allegar contra o acto da criação do banco.

E nem se comprehende como, em discussão desta ordem, um adversario, cujos talentos são apregoados pela voz publica, e cuja educação mental é recommendada por um diploma scientifico, procurasse pôr em duvida assumpto de tal evidencia que o simples bom senso pôde resolver.

Pretende o promotor da reunião de 27 de janeiro que o governo tivesse tentado incluir nas faculdades concedidas ao banco a de absorver direitos de propriedade garantidos e respeitados pelo proprio governo provisório.

Pois, pôde alguém admittir, em boa fé, que quando, no art. 3º letras b, c, d do decreto da organização do banco o governo dá preferencias a este, em igualdade de condições com outros industriaes, inclui tambem o caso de iniciativa individual, da prioridade de idéa ou invenção, que *ipso facto* estabelece desigualdade de condições e é um direito de propriedade garantido pelas leis vigentes, o sempre respeitado por todos os governos?

Nem parece serio o argumento.

Para satisfazer o promotor do libello contra o governo, só teria este um meio: é incluir na lei uma disposição redigida do seguinte modo:

« Quando houver desigualdade de condições, não ha igualdade de condições. »

Este é o primeiro argumento, isto é, o grande portico do edificio.

Continuemos a examinal-o em cada uma das suas partes.

O segundo castello de cartas, artisticamente architectado com o duplo fim de ser visto ao longe pelos engenheiros e industriaes, em aterradora miragem, e de ser derrubado com pasmosa facilidade pela espada gloriosa do promotor da reunião de 27, refere-se ao direito de desapropriação e isenção de imposto predial e do de consumo para os estabelecimentos industriaes fundados pelo banco e para o material importado com destino aos mesmos estabelecimentos, favores consignados na letra e do citado art. 3º.

Em primeiro lugar pretende ainda o autor do libello contra o governo, a exemplo da questão de igualdade de condições, que se define com clareza o que quer dizer—estabelecimentos industriaes—phrase tão obscura que lhe parece não foi comprehendida pelo Ministro da Fazenda.

Mais abaixo, porém, fica salva a duvida sobre tão intrincado ponto; e o proprio que a levantou, define *ex-cathedra*, para conhecimento de todos, que «effectivamente a expressão — estabelecimentos industriaes—compreheende, não somente aquelles que merecem, ou tem merecido favores do Estado, como tambem todas as fabricas, as officinas de serraria, de canos de chumbo, de fundição, que — «não gozam e nem nunca gozaram de qualquer favor do Estado» —; e então, pergunta o presidente da reunião de 27: Como, pois, este decreto vem dar taes elementos de vida ás novas industrias, quando nada se concedeu aquellas que arriscaram seus capitales?

Aqui o resumo do discurso, que está publicado, diz que houve *applausos prolongados*.

Parece que estes applausos trouxeram uma animação tão inconveniente ao discursante, que, logo que cessou o ruido laudatorio, avançou elle as seguintes proposições:

« 1.ª Até hoje nenhuma destas industrias, que vemos florescer na capital federal e em todo o paiz, teve certos favores, dos que se acham expressos no decreto.

« 2.ª A isenção do imposto predial, que não pôde ser sinão imposto municipal, contraria os principios fundamentaes da Federação. »

Definida felizmente, como foi, a expressão — estabelecimentos industriaes — vamos ver até que ponto é verdadeira a allegação de que os favores concedidos ao Banco dos Estados Unidos do Brazil constituem uma inovação, « pois até hoje a nenhum outro estabelecimento tem sido concedidos ».

Antes de apresentarmos as provas que destroem tão erroneo asserto, seja-nos permitido mostrar admiração que provoca a ignorancia, em que se acha o autor do libello em assumpto tão comensinho, que é diariamente discutido e tratado pela imprensa e em documentos officiaes.

Longa seria a lista de todos os estabelecimentos de qualquer especie, aos quaes até hoje tem sido concedidos favores iguaes e superiores aos de que vae gozar o Banco dos Estados Unidos do Brazil.

Citaremos alguns actos que mais de prompto temos á vista.

O decreto n. 3151 de 9 de dezembro de 1882 autoriza o governo a conceder a Americo de Castro e ás empresas que se organizarem com o fim de construir edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres os seguintes favores:

1.º Isenção, até 20 annos, do imposto predial, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª do art. 11 da lei n. 719 de 28 de setembro de 1853, destinada ao serviço da limpeza das casas e do esgoto da cidade, conforme o decreto n. 1929 de 29 de abril de 1857, cessando a isenção si os edificios forem alienados pelas empresas, salvo no caso de cessação e transferencia de concessões;

2.º Dispensa, pelo mesmo prazo, do imposto de transmissão de propriedade, quanto á aquisição de immoveis necessarios ás construcções segundo os planos approvados;

3.º Outorga-lhe direito de desapropriação conforme a lei n. 816 de 10 de julho de 1855, relativamente aos terrenos particulares comprehendidos nos ditos planos, contanto que nos mesmos terrenos não haja edificios sujeitos ao pagamento do imposto predial, ou isentos deste por lei;

4.º Faz-lhe concessão gratuita, até 20 annos, do dominio util dos terrenos do Estado comprehendidos nos planos, e, findo este prazo, dá-lhe preferéncia para o aforamento pelo preço e com as condições ordinarias, conforme a legislação em vigor.

O decreto n. 9509 de 17 de outubro de 1885 concede a Jorge Mirandola Filho ou á empresa que for por elle organizada, para construir edificios para habitação de operarios e classes pobres os seguintes favores:

1.º Isenção, por 20 annos, do imposto predial para os edificios que construir, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª, do art. 11 da lei n. 719 de 21 de setembro de 1853, cessando a isenção si a empresa alienar os edificios;

2.º Dispensa, tambem por 20 annos, do imposto de transmissão de propriedade, quanto á aquisição dos immoveis necessarios para as construcções;

3.º Direito de desapropriação, conforme a lei n. 816 de 10 de julho de 1855, relativamente aos terrenos em que tiver de edificar, contanto que não haja nelles edificio sujeito ao pagamento do imposto predial, ou isento deste por lei.

O decreto n. 3305 de 8 de outubro de 1886 autoriza o governo a conceder a G. Fogliani e ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo, ou á empresa que organizarem para o fim de rectificar, alargar e prolongar á rua do Senhor dos Passos, os seguintes favores:

1.º Dispensa de decima urbana, durante 20 annos, para os predios que edificar na nova rua;

2.º Dispensa de direitos de transmissão de propriedade das aquisições; que fizer a empreza para a sua realização;

3.º Privilegio, por 30 annos, para a construcção, exploração, uso e gozo de uma linha de bonds de bitola estreita e via dupla, que percorra a nova rua em toda a sua extensão.

Por acto do gabinete Ouro Preto, em 1889, essa mesma concessão, liberalizada ao Dr. Ferreira do Araujo, additou-se ainda com a garantia de 6% sobre o capital de 10.000:000\$000.

O decreto n. 3399, de 24 de novembro de 1888, autoriza o governo á conceder a José Alfredo Cunha Vieira & Comp., ou á empresa que elles organizarem, com o fim de abrir uma rua nova em frente á Praça Vinte Oito de Setembro, os seguintes favores;

1.º Dispensa de decima urbana durante 20 annos para os predios que edificar na nova rua, e reedificar na rua nova de S. Bento.

2.º Dispensa de direitos de transmissão de propriedade das aquisições que fizer a empreza para a sua realização;

3.º Direito de desapropriação, segundo a lei n. 816, de 10 de junho de 1855, ficando salvo ao Estado o direito de excluir da desapropriação o predio nacional existente na rua do Conselheiro Saraiva, desde que, no prazo de tres annos, o subordine ao alinhamento determinado no art. 1º;

4.º Privilegio por 30 annos para a construcção, exploração, uso e gozo de uma linha de bonds de bitola estreita e via dupla, que percorra a rua nova em toda a sua extensão.

Seja dito desde já, de passagem, que esta somma de favores, que esta renuncia das rendas do Estado aproveitam unicamente a uma esphera limitada de interesses individuaes, que não podem ser comparados aos resultados, que se esperam da criação do Banco dos Estados Unidos do Brazil, os quaes aproveitam a toda a collectividade social, fomentando a industria, valorizando a terra, alimentando o commercio, creando a pequena propriedade, promovendo emfim o engrandecimento da patria com o impulso que dá a todos os ramos da actividade social.

Mas deixemos a lista dos favores e concessões individuaes a certas e determinadas emprezas.

Ponhamos de parte as garantias de juro a engenheiros contraes e a estradas de ferro e outros auxilios prestados pelo Estado á iniciativa individual.

Mostremos, com dados estatisticos, officiaes e documentos legaes a grande somma distrahitá dos cofres publicos em beneficio «destas industrias que vemos florescer na capital federal e em todo o paiz».

A tarifa das alfandegas, em um só artigo, n. 1043, isenta de quaesquer direitos de consumo as machinas para lavrar a terra, preparar os productos da agricultura, para mineração, para o serviço de quaesquer fabricas

ou officinas e para a navegação; movidas a vapor, agua, gaz, ar ou vento, ou a electricidade ou por forças animadas e quaesquer outros motores fixos, locomoveis ou portateis; gozando da mesma isenção as peças de machinas importadas em separado.

A isenção de direitos de consumo a emprezas e estabelecimentos industriaes tomou tal desenvolvimento, que foi necessaria a intervenção do parlamento, o qual, na promulgação da lei n. 3229 de 3 de setembro de 1884, estabeleceu disposição, que facultava ao governo entrar em accordo com as emprezas favorecidas, a fim de regularizar o assumpto, que se tornava verdadeiro perigo publico.

Esta medida legislativa foi tomada á vista de declaração expressa do Ministro da Fazenda de que com taes concessões soffria a renda publica grande diminuição.

Por essa occasião se provou que os objectos importados pelos estabelecimentos e emprezas industriaes com isenção de direitos de consumo subiram, nos tres exercicios de 1879 a 1882, á importante cifra de 3.628:339\$480, do valor official do qual deixaram de ser arrecadados direitos de consumo na importancia de 992:749\$919.

Ainda mais: dos dados estatisticos organizados pela alfandega da capital federal em 1889 consta que, na concessão dos alludidos favores aos diversos estabelecimentos e emprezas industriaes, foi a renda do Estado desfalca da de 635:742\$239, só quanto aos objectos importados por esta alfandega.

E' occasião aqui de imitar o tom emphatico do presidente da reunião de 27, e perguntar tambem: Como, pois, ha quem se atreva a vir com a autoridade de sua palavra e perante uma classe de profissionaes avançar proposição inexacta sobre facto cuja affirmação é de notoriezede publica?

Em seguida affirmá ainda o presidente da reunião de 27 que a isenção do imposto predial, que é imposto municipal, contraria os principios fundamentaes da federação.

Esta proposição envolve completa ignorancia dos mais comensinhos principios do direito administrativo.

O imposto predial não pertence ao municipio; nesta capital é cobrado como renda do governo federal; fóra daqui pertence á receita dos estados, antigas provincias, e, portanto, o acto do governo em nada contraria os principios da autonomia federativa dos estados, pois a isenção só se refere ao imposto arrecadado para a renda geral do estado federal.

Fique isto consignado para esclarecimento daquelles que, ignorando o assumpto, podiam ter sido illudidos pela origem autorizada de onde partiu a inexactidão.

Parece que o que está escripto responde aos principaes argumentos produzidos contra o Banco dos Estados Unidos do Brazil na reunião dos engenheiros e industriaes.

Restam apenas questões de ordem secundaria, firmadas sobre algarismos, que, com a maior facilidade, refutaremos.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. — DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Concede ao Banco dos Estados Unidos do Brazil, autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Banco dos Estados Unidos do Brazil, concede, de conformidade com os decretos ns. 164, 165, 165 A e 169 A de 17 e 19 do corrente mez, autorização ao dito Banco para funcionar e approva os respectivos Estatutos.

Sala das sessões do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 29 de janeiro de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Ruy Barbosa.

Banco dos Estados Unidos do Brazil

Estatutos

DA ORGANIZAÇÃO DO BANCO

Art. 1.º Fica estabelecida nesta capital federal uma sociedade anonyma, sob a denominação de Banco dos Estados Unidos do Brazil, para os fins consignados nestes estatutos.

A sua duração é de 50 annos, prorogavel por autorização do governo. Antes deste prazo só poderá ser dissolvida nos casos previstos em lei.

A sede é na capital federal, onde se estará também o seu foro para todos os seus contractos e acções judicias, que elles originarem.

A circumscripção do Banco abrange os estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Paraná e Santa Catharina.

Art. 2.º Para facilitar os seus fins, o Banco poderá estabelecer caixas filiaes, ou agencias, onde julgar conveniente, de accordo com o governo, ficando para isso o conselho director devidamente autorizado.

Art. 3.º O anno social decorre de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

DO CAPITAL

Art. 4.º O capital é de 200,000:000\$, em 1.000.000 de acções, de 200\$ cada uma.

O Banco poderá no entanto entrar em operações, uma vez subscripta a metade, ou mais, do seu capital, e realizado um decimo desta importancia.

§ 1.º As entradas serão effectuadas na razão minima de 10 %, a intervallos de 30 dias uma da outra, podendo realizar-se em moeda corrente, ou fundos publicos.

É permittida a antecipação das entradas.

As acções, uma vez integralizadas, poderão passar ao portador, e vice-versa.

§ 2.º O accionista é responsavel pela quota do capital das acções, que subscrever, ou lhe forem cedidas por qualquer titulo; e o que não effectuar a entrada na época determinada, ou perderá em beneficio do Banco as quotas anteriormente realizadas, declarando-se o commisso das suas acções, ou, no caso de força maior, devidamente justificado perante o conselho director, ser-lhe-ha marcado novo prazo, pagando, então, além da entrada em falta, mais o juro da móra na razão de 9 % ao anno.

O conselho director disporá, na primeira oportunidade, das acções declaradas em commisso; devendo as entradas de capital effectuadas e qualquer premio, si o houver, levar-se á conta do fundo de reserva.

§ 3.º A transferencia das acções será feita nos registros do Banco por termo assignado pelos contractantes, ou seus legitimos procuradores, munidos de sufficientes poderes.

Art. 5.º O capital, na proporção em que for sendo realizado, será convertido em fundos publicos, moeda corrente, ou ouro, os quaes se averbãrão em nome do Banco com a clausula de inalienaveis, não se podendo mais dispor delles senão de accordo com o governo.

Esses fundos publicos ficarão completamente annullados nos seus valores em proveito do Estado, de conformidade com o disposto nestes estatutos.

Paragrapho unico. Si a liquidação do Banco se der antes do termo legal de sua duração, sómente serão entregues ao Thesouro

Nacional os fundos publicos, qua comportar o fundo de reconstrução do capital do Banco, respondendo os restantes pela solução do passivo e reembolso do capital aos accionistas.

Se depois, serão entregues ao mesmo Thesouro todos os fundos publicos, que constituirem o capital do Banco, sem indemnização alguma.

Art. 6.º A taxa dos juros dos fundos publicos, que constituirem o capital do Banco, será desde o inicio de suas operações reduzida a 2 % menos, crescendo esta redução mais 1/2 % annualmente até a extincção da referida taxa em proveito do Estado.

Art. 7.º O Banco encarragar-se-ha de fundar, de accordo com o governo, caixas filiaes em estados alheios á sua circumscripção, no caso de não se organizarem os bancos correspondentes ás regiões respectivas.

DA EMISSÃO

Art. 8.º O Banco emitirá bilhetes ao portador e á vista até a importancia dos fundos publicos, que constituirem o seu fundo social; não podendo a sua circulação ultrapassar os limites da respectiva circumscripção territorial.

O Banco, porém, terá conta com os das regiões Norte e Sul, para o fim de regularizar a passagem da moeda de praça á praça.

§ 1.º Quando a circulação for feita por este Banco em região estranha á sua circumscripção, *ex vi* do art. 7.º, as respectivas notas, observadas as disposições deste artigo, conterão um carimbo com as letras R N ou R S, além de facilitar-lhes substituição pelas dos respectivos bancos, logo que se fundarem.

Feita a substituição, as notas inutilizadas restituir-se-hão ao Banco; e, dado que nem todas se apresentem a troco, marcar-se-ha um prazo para tal fim, sob pena de prescripção; devendo neste caso ser o Banco embolsado pelos das respectivas regiões do valor de taes notas.

A prescripção regular-se-ha pelas leis vigentes.

Art. 9.º Os bilhetes emitidos de conformidade com as disposições do decreto n. 163 de 17 de janeiro de 1890 serão recebidos, e terão curso nas repartições publicas, gosando das regalias conferidas ás notas do Estado.

§ 1.º O Banco poderá ter officinas proprias para impressão de seus bilhetes, as quaes ficarão sob a fiscalização do governo. Enquanto, porém, não as houver, serão os bilhetes fornecidos pelo governo, correndo toda a despeza por conta do Banco.

Os bilhetes conterão:

O nome do Banco emissor;

A assignatura do chefe da emissão, ou seu substituto, e a rubrica do fiscal por parte do governo.

Os bilhetes serão dos mesmos valores que os actuaes do Estado.

A falsificação de bilhetes e a introdução de falsificados serão punidas com as penas comminadas pelo direito vigente ao crime de moeda falsa.

§ 2.º O Banco ficará sujeito á fiscalização do governo, especialmente no que respeita á emissão, substituição e resgate dos bilhetes, por intermedio de pessoas nomeadas pelo Ministerio da Fazenda, que lhes marcará attribuições fiscalizadoras e o respectivo vencimento, o qual não poderá exceder a 10:000\$000.

1.º O excesso da emissão de bilhetes, além dos limites determinados neste decreto, importará:

2.º Para o Banco, a revogação do decreto de autorização e sua liquidação forçada e immediata;

3.º Para os directores e gerentes, as penas do art. 173 do Código Criminal, além da indemnização das perdas e danos causados aos accionistas;

4.º Para os fiscaes conniventes em taes faltas, ou que, tendo dellas conhecimento, não as denunciarem em tempo, as mesmas penas acima mencionadas;

5.º O Banco tem o direito de substituir as suas notas em circulação por outras, sempre que o julgar conveniente, fazendo para esse fim annuncios por editaes, publicados na imprensa de todos os estados da sua circumscripção, nas quaes fixará um prazo nunca inferior a seis mezes.

As notas, que deixarem de ser apresentadas, reputar-se-hão prescriptas, e as que forem substituidas, serão incineradas em presença do fiscal do governo.

A prescripção regular-se-ha pelas leis vigentes.

Art. 10. O Banco obriga-se a converter em especies metallicas, á vontade do portador e á vista, tão sómente as notas que emitir, um anno depois do cambio attingir e manter a taxa par de 27, ou mais, tomando igual compromisso quanto ás notas do governo, que houver em circulação, sem direito a indemnização alguma.

§ 1.º Desde que, nos termos do numero anterior, começar a convertibilidade das notas em especies metallicas, a vontade do portador e á vista, o Banco terá sempre um encaixe metallico igual á respectiva circulação de notas dessa natureza.

§ 2.º O excesso da emissão além dos limites determinados pelo encaixe metallico acarreta as penas comminadas no art. 1.º, § 11.º do decreto n. 165 de 17 de janeiro de 1890.

§ 3.º A emissão de bilhetes sobre base metallica não inibe o Banco de continuar a manter a sua circulação sobre base de apolices.

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 11. A assembléa geral é a autoridade soberana no Banco, achando-se legalmente constituida por accionistas possuidores de 25 acções pelo menos; e as suas deliberações tomando-se de accordo com o disposto nestes estatutos, são obrigatorias.

Art. 12. A assembléa considerar-se-ha legalmente constituida, quando em virtude da sua convocação se acharem reunidos accionistas, que representem pelo menos 1/4 do capital realizado em acções inscriptas no registro do Banco com 30 dias de antecedencia á da reunião.

Paragrapho unico. Assim constituida a assembléa geral, poderá resolver sobre tudo que for de sua competencia, excepto sobre reforma dos estatutos, liquidação, dissolução do Banco e augmento do fundo social; para o que é necessario pelo menos a representação de 2/3 do capital.

Art. 13. No caso de não se reunir o numero de accionistas exigido para constituir a assembléa geral, observar-se-ha o disposto no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 14. A convocação da assembléa geral ordinaria, ou extraordinaria, será feita por annuncios, nos jornaes, com 15 dias de antecedencia, nos quaes se declarará o objecto da convocação.

Este prazo será reduzido á cinco dias, quando, mallograda a primeira reunião, for mister convocar segunda e terceira.

Art. 15. A reunião ordinaria da assembléa geral terá lugar annualmente no correr do mez de maio, nos termos do decreto citado, e a da extraordinaria sempre que a directoria o resolver, por acto seu, ou á requerimento de 7 ou mais accionistas, que representem pelo menos 1/5 do capital social.

Art. 16. Cada somma de 25 acções dá direito a um voto. Podem votar os tutores por seus pupillos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações e os procuradores, sendo accionistas, uma vez que os representados estejam no caso de fazer parte da assembléa geral.

A votação será sempre por escrutinio secreto.

Não podem votar, nas assembléas geraes, os administradores, para approvar os seus balanços, contas e inventarios, bem como os fiscaes na approvação de seus pareceres.

Art. 17. As deliberações ou resoluções da assembléa geral serão tomadas *per capita*, salvo quando um ou mais accionistas reclamarem que o sejam pela representação de capital, em cujo caso correrá a votação por escrutinio secreto, na razão estabelecida.

Os possuidores de acções do portador não poderão fazer parte das assembléas, nem envolver-se nas discussões, votações e deliberações, sem depositar no Banco as mesmas acções, até ao dia 31 de dezembro, quando se tratar de reunião ordinaria, e 10 dias antes do fixado para a sessão, quando se tratar de extraordinarias.

As acções, que estiverem caucionadas, dispensam deposito; sendo, porém, necessario o aviso por escripto nos prazos acima especificados.

As procurações devem ser entregues na secretaria do Banco, oito dias antes da reunião das assembléas, sob pena de não produzirem effeito algum. A prova do deposito, ou aviso, das acções e da entrega das procurações effectuar-se-ha unicamente mediante recibo firmado pelo secretario do Banco.

Art. 18. São permittidos votos por procuração para a eleição dos directores e fiscaes, comtanto que os mandatorios sejam accionistas, e se apresentem munidos de poderes especiaes.

Paragrapho unico. Não podem ser mandatarios os directores e fiscaes do Banco.

Art. 19. O presidente do Banco será o das assembléas geraes, e em cada reunião convidará dous secretarios, para constituirem a mesa.

Paragrapho unico. Ao 1.º secretario compete lançar, ou fazer lançar, em livro apropriado, as resoluções da assembléa, com o resumo dos assumptos, que lhe foram sujeitos e votados.

Art. 20. Compete á assembléa geral:

Alterar, ou reformar os estatutos;

Julgar as contas annuaes;

Nombrar, e destituir os membros do conselho e da commissão fiscal;

Resolver sobre assumptos concernentes ao capital, liquidação, dissolução do Banco e qualquer objecto para que houver sido convocada, nos limites da sua competencia.

Art. 21. Na reunião ordinaria annual da assembléa geral apresentar-se-ha o relatório do conselho director, acompanhado do balanço, conta de lucros e perdas e parecer da commissão fiscal, para ser discutido, e approvado, ou não, pela mesma assembléa.

§ 1.º Nessas reuniões permite-se tratar de todos os assumptos, que possam interessar ao Banco.

§ 2.º Nas reuniões extraordinarias, porém, só se tratará do objecto, para que forem convocadas.

Art. 22. A assembléa geral do Banco, com assistencia do fiscal do governo, resolverá, quando se tornar necessaria a liquidação, sobre o modo pratico de realizal-a, assegurando os direitos e interesses dos credores e associados.

Paragrapho unico. Resolvida a liquidação, forçada ou voluntaria, antes ou depois de expirado o prazo de duração do Banco, observadas as disposições das leis vigentes, guardar-se-ha a seguinte ordem nas preferencias em relação aos credores:

a) por notas ou bilhetes em circulação, que não tenham sido recolhidos;

b) o Estado, pelas apolices que comportarem o fundo de reconstituição do capital do Banco, as quaes serão abatidas do mesmo capital, e entregues ao Thesouro Nacional, sem direito á indemnização alguma;

c) os credores preferenciaes, nos termos do Codigo Commercial;

d) os credores chirographarios;

e) os accionistas.

DO CONSELHO DIRECTOR

Art. 23. O Banco administrar-se-ha por um conselho director, composto de sete membros, que de entre si escolherão o presidente, o vice-presidente e o secretario.

O vice presidente, e, em falta deste, o secretario substituirão o presidente nos seus impedimentos.

Art. 24. Cada membro do conselho depositará no Banco, como caução da responsabilidade de sua gerencia, 100 acções, que serão inalienaveis enquanto exercer o cargo, e não foram tomadas as respectivas contas.

Art. 25. O conselho director poderá nomear delegados seus, que o representem perante o governo geral e o de cada estado, companhias, associações e particulares, com que haja de contractar, ministrando-lhes as necessarias instrucções.

Art. 26. O conselho director reunir-se-ha tantas vezes, quantas os interesses do Banco o exigirem, mas nunca menos de duas por mez.

De cada reunião lavrar-se-ha uma acta, onde constarão por menor as resoluções, que se tomarem.

As resoluções tomar-se-hão por maioria de votos presentes.

Não poderá haver sessão sem o comparecimento pelo menos de cinco membros, inclusive o presidente.

Art. 27. Os membros do conselho serão eleitos pela assembléa geral, dentre os accionistas de 100 ou mais acções, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos; e, quando esta não se consiga no primeiro escrutinio, se procederà a segundo, entre os candidatos mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, prevalecendo a maioria apurada neste, e decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 28. Não podem servir conjunctamente no conselho pai e filho, sogro e genro, cunhados, enquanto durar o cunhado, os parentes até 2.º grão e os socios de firmas commerciaes, nem ser eleitos os credores pignoratícios, que possuirem acções, bem como os impedidos de legalmente negociar; considerando-se nullos os votos porventura dados aos que em taes circumstancias estiverem.

Art. 29. Vagando algum lugar de membro do conselho, este o preencherá, nomeando para esse fim accionista, que tenha a necessaria qualificação, o qual exercerá o cargo até á primeira reunião da assembléa geral, que o proverá definitivamente. O director assim eleito exercerá o cargo por todo o tempo, que exerceria aquelle a quem substitue.

Art. 30. Nenhum membro do conselho poderá deixar de exercer as funcções do seu cargo por mais de seis meses, além dos quaes se entenderá que o tem resignado; excepto si, mesmo ausente, prestar serviços ao Banco.

Nos impedimentos temporarios dos membros do conselho por mais de 120 dias, poderá o impedido ser substituido, até que compareça, por accionista nomeado pelo conselho, d'entre os que tiverem a necessaria qualificação.

Art. 31. O conselho director exercerá o mandato por seis annos, podendo ser reeleito.

Art. 32. Compete ao conselho:

Resolver sobre as operações referidas nestes estatutos, fixando as condições e regras, sob que devem realizar-se.

D liberar sobre as contas annuaes, que tenham de ser presentes á assembléa geral, assim como sobre a fixação do dividendo e quaesquer propostas relativas á reforma do estatutos, prolongação, ou dissolução do Banco e augmento de capital.

Nomear, e demittir todos os empregados, marcando-lhes ordenados e attribuições.

Finalmente, adoptar todas as resoluções, e fazer executar todas as medidas, que entender convenientes aos interesses e á boa gestão dos negocios do Banco.

Art. 33. Compete ao presidente do Banco:

1.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas, em suas reuniões ordinarias e em nome do conselho, o relatório annual das operações e do estado do Banco.

2.º Presidir o conselho, ser o seu órgão, regular-lhe os trabalhos, executar e fazer executar fielmente estes estatutos, o regulamento interno, as deliberações do conselho e as da assembléa geral.

3.º Convocar extraordinariamente o conselho, sempre que lhe parecer oúvil-o sobre quaesquer assumptos concernentes á administração do Banco.

4.º Assignar os balancetes mensaes, que se publicarem, bem como toda a correspondencia do Banco, escripturas, contractos e documentos, que importarem responsabilidade para elle.

Na ausencia do presidente, serão essas funções exercidas pelo seu substituto, ou por um dos directores de semana.

5.º Representar o Banco nas suas relações com terceiro, ou em juizo, sendo-lhe facultativo para isso constituir mandatarios.

6.º Dirigir, e inspecionar a escripturação geral do Banco e bem assim todo o seu expediente, propor a nomeação e demissão de todos os empregados, podendo suspendel-os, si entender necessario, communicando-o ao conselho em sua primeira reunião, e estipular as fianças, que os empregados houverem de prestar em razão do seu cargo no Banco.

Art. 34. Os membros do conselho director revezar-se-hão nos diversos trabalhos, de modo que as operações sejam sempre acompanhadas pelo presidente, ou seu substituto; e dous directores.

Art. 35. O honorario annual do conselho director será:

Presidentes,.....e mais.....*pro labore*, cada director.

Além do honorario, perceberá mais 2 % do dividendo distribuido em partes iguaes por todos os membros do conselho.

Os honorarios serão pagos mensalmente e fixados na assembléa constitutiva do Banco.

DA COMMISSÃO FISCAL

Art. 36. Haverá, no Banco, uma commissão fiscal permanente, composta de tres accionistas, eleitos tambem segundo o disposto no art. 27, dentre os que possuirem 50 ou mais accões, os quaes exercerão o mandato por um anno, podendo ser reeleitos.

Paragrapho unico. A eleição da commissão fiscal far-se-ha na reunião ordinaria annual da assembléa geral.

Art. 37. Conjunctamente com a eleição da commissão fiscal, a assembléa elegerá mais tres accionistas, supplentes dos fiscaes.

Os membros da commissão fiscal perceberão cada um 4:800\$ annuaes, pagos mensalmente.

Art. 38. Todos os annos até ao dia 31 de março receberá a commissão fiscal cópias exactas do balanço e quaesquer contas, que tenham de ser apresentadas á assembléa geral, para que a mesma commissão as examine, e em seu relatório dê sobre tudo parecer, que concluirá propondo á assembléa geral a approvação, ou rejeição, das contas annuaes.

O parecer da commissão fiscal será entregue ao presidente do Banco até ao dia 15 de abril, afim de imprimir-se, e annexar-se ao relatório do conselho.

Art. 39. Para os necessarios exames serão franqueados á commissão fiscal todos os livros de escripturação geral do Banco, dando-lhe os respectivos empregados todos os esclarecimentos, que ella exigir, e delles dependerem.

Si, no processo do exame, a commissão julgar necessario ouvir o conselho a respeito de qualquer objecto, solicitar-lhe-ha a necessaria conferencia, na qual se lhe darão todas as explicações e esclarecimentos, habilitando-a a redigir o seu parecer com o mais pleno conhecimento dos assumptos.

Art. 40. A commissão fiscal assistirá ás reuniões do conselho director com voto consultivo, quando para tal for convidada.

DAS CARTEIRAS E OPERAÇÕES

Art. 41. O Banco terá tres carteiras distinctas:

A de emissão de bilhetes ao portador e á vista;

A commercial, comprehendendo as operações de natureza commercial e industrial;

A hypothecaria, comprehendendo as operações de hypotheca, penhor agricola e contractos de qualquer especie com a lavoura e industrias connexas.

Art. 42. O Banco operará de accôrdo, e ficará sujeito aos decretos ns. 164, 165, 165 A e 169 A de 17 e 19 de janeiro de 1890 e seus respectivos regulamentos, como si fizessem parte dos presentes estatutos.

Art. 43. O prazo para o desconto de letras será de seis mezes no maximo.

§ 1.º Nas operações de empréstimos e cauções far-se-ha um abatimento pelo menos de 20 %, no valor dos titulos, que forem dados em garantia, não podendo ser admittido titulo algum, que não tenha cotação na bolsa.

§ 2.º Os depositos em dinheiro de conta de terceiros não podem ser empregados em operações a prazo superior a 90 dias.

§ 3.º E' livre ao conselho director alterar a taxa dos juros do dinheiro a premio, de empréstimos e descontos, sempre que o entender conveniente aos interesses do Banco.

Art. 44. Nas operações de compra, por conta propria, de terrenos, edificios, ou estabelecimentos industriaes, é imprescindivel o parecer de peritos profissionais, nomeados pelo Banco.

Paragrapho unico. Nenhuma operação se fará sem a apresentação de proposta e documentos que a instruaem.

Art. 45. Os empréstimos á lavoura e industrias auxiliares serão feitos ao juro de 6 % e commissão de 1/2 %. As operações de hypotheca poderão ser feitas até o prazo maximo de 50 annos, sendo pagaveis em prestações semestraes, que comprehenderão o juro, a quota de amortização e a commissão.

Art. 46. Os empréstimos hypothecarios urbanos ficarão sujeitos ao juro de 8 % e commissão de 1 %, pagaveis por prestações conforme o artigo anterior.

Art. 47. As letras hypothecarias, que o Banco emittir, poderão ser negociadas no paiz e fóra d'elle, e seu valor será de 100\$ moeda corrente ou £ 11, 5 stg ao cambio de 27.

Paragrapho unico. O serviço do juro e amortização das letras hypothecarias será feito no paiz e no exterior.

DAS COMPENSAÇÕES DO GOVERNO AO BANCO

Art. 48. E' concedido ao Banco:

a) cessão gratuita, á discreção do governo, de terras devolutas, na zona da sua circumscripção, para localisação dos colonos e fundação de estabelecimentos industriaes de qualquer ordem;

b) preferencia, em igualdade de condições, na construcção de estradas de ferro e outras obras e melhoramentos projectados pelo governo;

c) preferencia, em condições iguaes, para exploração de minas de qualquer especie, comprehendidas na sua circumscripção territorial, e bem assim para exploração de canaes e communicações fluviaes, que servirem ás ditas minas, ou dellas se avizinharem;

d) preferencia, em igualdade de condições, nos contractos com o governo sobre objectos de colonisação e immigração na sua circumscripção territorial;

e) direito de desapropriação nos termos da lei n.º 816 de 10 de julho de 1855 e seu regulamento, que baixou com o decreto n.º 1684 de 27 de outubro do mesmo anno, e bem assim isenção de imposto predial, assim como dos do consumo ou importação a favor dos estabelecimentos industriaes, que fundarem, enquanto os houverem sob sua administração, e material de qualquer especie, que importarem com destino e applicação a esses estabelecimentos, estradas de ferro, exploração do rios, minas e outras fontes de produção.

Art. 49. As clausulas do artigo anterior, quanto a exempções e favores, entender-se-hão sempre de accôrdo com as regras de interpretação estabelecidas pela praxe, na intelligencia das concessões em que se tom feito até hoje iguaes mercês.

A expressão « igualdade de condições » não significa simplesmente igualdade nas condições das propostas. Ella entender-se-ha de modo que não se offenda o direito creado anteriormente ás propostas, a favor de seus autores, por trabalhos de canho original, ou pelo emprego de capitães e sacrificios, que possam estabelecer titulo de propriedade.

Art. 50. O governo concorrerá para auxiliar os empréstimos hypothecarios, com a somma que receber do Banco a titulo de redução do juro das apolices, que constituirem seu fundo social, e depois de extincto este juro com metade da importancia d'elle.

Com este auxilio formar-se-ha um fundo especial, para se garantir o serviço da letra hypothecaria.

DAS CONDIÇÕES DOS EMPRESTIMOS

Art. 51. O Banco não emitirá letras hypothecarias senão sobre primeira hypotheca, cedida, ou subrogada.

Art. 52. O Banco não emprestará sobre hypotheca:

- 1.º De theatros;
- 2.º De minas e pedreiras;
- 3.º De immoveis indivisos, si a hypotheca não for estabelecida sobre a totalidade desses immoveis, com o consentimento unanime de todos os co-proprietarios;
- 4.º De predios, cujo uso-fructo se ache separado do direito de propriedade, salvo o consentimento expresso do proprietario e do usufructuario.

Art. 53. As propriedades urbanas hypothecadas ao Banco serão devidamente seguras pelo Banco, si já não o estiverem à custa dos mutuarios, carregando-se-lhes na annuidade o premio do seguro.

Art. 54. No caso de incendio, ou outro qualquer sinistro, que damifiqua a propriedade, o Banco receberá do segurador a competente indemnização, ou o valor total do seguro, retendo a importancia em seu poder, como garantia, até que o predio seja reparado, ou reedificado.

Paragrapho unico. Fica estabelecido o prazo de um anno para os reparos, ou renovação dos predios incendiados, ou damificados.

Art. 55. Preparado, ou reedificado o predio no prazo estabelecido, ou antes d'elle, si o Banco o julgar em condições de continuar como garantia do emprestimo, entregará ao mutuario a importancia que recebeu, deduzida da annuidade relativa ao anno da reedificação.

Paragrapho unico. Si, porém, não estiver em condições de ser aceito, ou si no fim do prazo não estiver reedificado, ou, ainda, si, à vista de provas, o Banco adquirir certeza de que o mutuario não faz a reedificação; em qualquer destes casos o Banco deluzirá da importancia retida em seu poder o saldo que lhe estiver a dever o mutuario, restituindo-lhe qualquer differença, que houver a seu favor.

O embolso assim feito considerar-se-ha como pagamento antecipado.

Art. 56. Fica o Banco com o direito de exigir o embolso do seu capital antes do prazo do contracto, mais a indemnização de 5%:

- 1.º Si o mutuario dentro no prazo de um mez não denunciar à sociedade a alienação total, ou parcial, que tenha feito do immovel hypothecado;
- 2.º Si igualmente, e no mesmo prazo, não denunciar à sociedade as deteriorações, que o immovel soffrer, assim como todas as faltas, que lhe diminuam o valor, perturbem a posse, ou ponham em duvida o seu direito de propriedade;
- 3.º Si tiver occultado à sociedade factos por ella conhecidos, que produzam a depreciação do immovel, e que extingam, ou tornem duvidoso o direito do devedor sobre os immoveis hypothecados.

Art. 57. As avaliações dos immoveis, quer rurales, quer urbanos, para se admittirem no Banco em garantia de emprestimos hypothecarios, serão feitas pelos peritos do Banco, tomam-se por base, além de outras indicações, a renda líquida do immovel e o seu valor venal.

Art. 58. Quando a propriedade for reconhecida regular e a garantia sufficiente, o Conselho Director determinará a importancia do emprestimo a effectuar, devendo, depois de acceptas as condições pelo proponente, ser assignado por este o contracto condicional, com o fim de garantir ao Banco o direito de prioridade na hypotheca.

Art. 59. Os proponentes de operações hypothecarias deverão apresentar, conjuntamente com suas propostas, todos os titulos que provem a propriedade do immovel, contractos de qualquer especie que o gravem e todas as informações, que sejam necessarias para o completo conhecimento das condições, em que se acha o immovel offerecido em hypotheca.

Paragrapho unico. Todas as despesas e desembolsos necessarios para aquisição de documentos de qualquer especie, que tenham de acompanhar os pedidos de emprestimos, serão por conta dos proprietarios ou proponentes, mesmo no caso de não se effectuar o emprestimo, e bem assim as que se fizerem com o cancelamento das hypothecas.

Art. 60. Mediante accordo com os Bancos de Credito Real do Brazil e Constructor do Brazil, ficarão considerados esses estabelecimentos como ramos annexos ao dos Estados Unidos do Brazil, para o fim de realizarem as operações de lavoura e tudo quanto lhes diz respeito, bem como as de natureza puramente industrial, que constituem parte das operações deste Banco.

Paragrapho unico. As condições reguladoras dessas transações serão assentadas no acto do respectivo contracto.

Art. 61. O Banco negociará antecipadamente, o sempre que o entender conveniente, no paiz, ou fora d'elle, suas letras hypothecarias, para o fim de realizar os emprestimos em dinheiro.

DO DIVIDENDO E FUNDO DE RESERVA

Art. 62. Todos os trimestres, depois de apurado o lucro liquido e deduzidos 2 1/2%, para constituir um fundo de reconstituição do capital e 3% para fundo de reserva, do restante far-se-ha dividendo aos accionistas até 8% ao anno.

Si houver excedente de lucros, será levado à conta do capital para auxiliar sua integralização.

§ 1.º A quota destinada ao fundo de reconstituição do capital será levado o juro de 6% ao anno, trimestralmente, até por-fazer a importancia do mesmo fundo, que poderá converter-se, à proporção que for sendo constituído, em titulos de primeira respeitabilidade, que produzam pelo menos essa renda de 6% annual.

Art. 63. Cessará a formação do fundo de reserva, logo que sua importancia se eleve a um quarto do capital do Banco.

Art. 64. O fundo de reserva é especialmente destinado a fazer o capital desfalcado por perdas.

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 65. O conselho procurará sempre ultimar por meio de arbitros as contestações, que se suscitarem na gestão dos negocios do Banco.

Art. 66. Incumbe ao conselho requerer aos poderes politicos do estado quaesquer medidas, que julgar convenientes ao credito, segurança e prosperidade do estabelecimento, e particularmente para que as acções ou fundos existentes nelle, pertencentes a estrangeiros, sejam, ainda no caso de guerra, inviolaveis como os dos nacionaes.

Art. 67. A avaliação das obras, o exame dos documentos, privilegios, concessões, planos e tudo que for concernente a negocios offerecidos ao Banco será sempre feita por peritos da confiança do conselho director, os quaes em relatorio darão miuda e circunstanciada noticia de tudo quanto possa interessar à formação de um juizo seguro sobre a conveniencia, utilidade e vantagens de taes negocios.

As concessões de qualquer ordem e bens que o Banco adquirir serão previamente avalladas, levando-se o excesso de valor à conta de lucros e perdas.

Art. 68. Os bens moveis, semoventes, ou de raiz, que o Banco houver de seus devedores, por meios conciliatorios, ou judiciaes, serão vendidos no menor prazo possivel.

Art. 69. O Banco poderá possuir edificios proprios para seu estabelecimento.

Art. 70. Dão-se ao conselho todos os poderes para representar o Banco em juizo como autor, ou réo, assim como para exercer livre e geral administração; plenos poderes nos quaes devem, sem reserva alguma, considerar-se comprehendidos e outorgados todos os de que haja possibilidade, ainda os de procuração em causa propria.

Art. 71. Os membros do conselho e todos os empregados são responsaveis pelos abusos, que praticarem no exercicio de suas funções.

Art. 72. Todo o accionista, que se ausentar, pôde depositar no Banco as acções, de que for proprietario, para o fim de lhe serem remettidos aonde determinar os dividendos respectivos, livres de commissão.

Art. 73. Os casos omissos nestes estatutos solver-se-hão pelas leis que regerem a materia.

Art. 74. O conselho director por seis annos, a commissão fiscal e os supplentes serão aclamados na reunião constitutiva do Banco.

Art. 75. O presidente do Banco por seis annos é o seu incorporador Francisco de Paula Mayrink.

Rio, 29 de janeiro de 1890. — F. P. Mayrink.

DECRETO N. 184—DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Eleva os vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituido pelo Exército e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e considerando:

Que, proclamada como está a Republica Federativa dos Estados Unidos do Brazil, tem de ser descentralizados muitos serviços que ora se acham a cargo das repartições da capital federal, e convem desde já providenciar para a gradual redução do pessoal de que ellas se compoem, sem offensa dos direitos adquiridos;

Que importa ao regimen republicano restringir o funcionalismo ás necessidades reaes do serviço, poupar o tempo, simplificar e estimular o trabalho, escolher o bem remunerar os empregados publicos ;

Que o pessoal da Secretaria da Justiça, reduzido como foi de 16 empregados pelo decreto n. 4159 de 28 de abril de 1868, e de mais oito pela lei n. 2670 de 20 de outubro de 1875, não soffreu alteração de vencimentos, a não ser a diminuição dos fixados para o director geral pelo art. 45 do decreto n. 2350 de 5 de fevereiro de 1859, que baixaram de 8:600\$ a 7:200\$ annuaes, não tendo sido executada a citada lei de 1875 na parte em que autorizava a melhoria dos vencimentos dos empregados restantes, sobre os quaes ficou pesando maior trabalho, ao mesmo tempo que as condições da subsistencia determinavam o augmento do ordenado e gratificação dos empregados de outras Secretarias de Estado, e assim nos relatorios do Ministerio da Justiça, como nas discussões do parlamento, era notada a desigualdade do tratamento em prejuizo dos funcionarios daquela repartição ;

Que a justa reclamação desses funcionarios pôde ser attendida dentro dos limites traçados pelo art. 16 § 2º da citada lei de 1875, que autorizou a compensação do acrescimo de serviço, ao reduzir o numero dos empregados ;

Decreta:

Art. 1.º Os vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça se regularão desde 1.º do corrente exercicio, pela tabella annexa.

Art. 2.º O Ministro da Justiça é autorizado :

1.º A não preencher os logares que vagarem e que não forem plenamente justificados pelas necessidades do serviço.

2.º A aposentar com o ordenado da nova tabella, por inteiro ou proporcionalmente ao tempo de serviço, conforme o merecimento, os empregados que tiverem feito jus á aposentação segundo as leis vigentes e sem prejuizo do direito adquirido.

3.º A dar provisoriamente nova organização aos serviços da repartição até resolução definitiva do poder legislativo.

4.º A prover sobre a organização do serviço do archivo e da bibliotheca na conformidade dos §§ 1º e 2º do art. 8º do decreto n. 2350 de 5 de fevereiro de 1859, podendo para esse fim nomear ou designar um official e dous amanuenses.

5.º A nomear dentro os empregados, ou de fóra da repartição, o seu secretario e um auxiliar, não excedendo os vencimentos daquelle a 6:000\$ annuaes, e os deste aos de primeiro official.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Tabella a que se refere o decreto n. 181 desta data

Empregos	Ordenado	Gratificação	Total
1 Director geral.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
3 Directores de secção.....	4:800\$000	2:400\$000	21:600\$000
7 Primeiros officiaes.....	3:800\$000	1:200\$000	35:000\$000
6 Segundos officiaes.....	3:000\$000	1:000\$000	24:000\$000
8 Amanuenses.....	2:200\$000	800\$000	24:000\$000
1 Porteiro.....	2:200\$000	800\$000	3:000\$000
1 Ajudante.....	1:500\$000	500\$000	2:000\$000
2 Continuos.....	1:200\$000	400\$000	3:200\$000
6 Correios.....	1:200\$000	400\$000	9:600\$000

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1890. — M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 185 — DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Altera a classificação da comarca de Mariana, no estado de Minas Geraes

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevada a terceira entrancia a comarca de Mariana, no estado de Minas Geraes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 186 — DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Declara a entrancia da comarca de Itaparica, no estado da Bahia, marca o vencimento do respectivo promotor publico

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º É declarada de 3ª entrancia a comarca de Itaparica, creada no estado da Bahia por acto de 14 do corrente.

Art. 2.º O promotor publico da referida comarca terá o vencimento annual de 1:200\$, sendo 800\$ de ordenado e 400\$ de gratificação.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 187 — DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Declara a entrancia da comarca do Mirador, marca o vencimento do respectivo promotor publico e crea o logar de juiz municipal e de orphaes do termo do mesmo nome, no estado do Maranhão

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º É declarada de primeira entrancia a comarca do Mirador, creada no estado do Maranhão pela lei n. 1376 de 11 de maio de 1886.

Art. 2.º O promotor publico da referida comarca terá o vencimento annual de 1:400\$, sendo 800\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.

Art. 3.º Fica creado o logar de juiz municipal e de orphaes no termo do Mirador, de que se compõe a comarca do mesmo nome.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

DECRETO N. 188 — DE 29 DE JANEIRO DE 1890

Deroga o decreto n. 10033 de 21 de novembro de 1888, na parte referente a comarca de Tatuhy, no estado de S. Paulo

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica derogado o decreto n. 10033 de 21 de novembro de 1888 na parte em que declarou especial a comarca de Tatuhy, no estado de S. Paulo, visto ter-se verificado não se achar a mesma comarca nas condições do art. 1º da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada em nome da Nação, attendendo ao que por intermedio do Ministerio da Justiça lhe representou o cidadão Francisco Manoel de Figueiredo, amanuense da Secretaria de Policia do estado da Bahia, pedindo a sua aposentadoria e provando contar mais de 31 annos de serviços, reputados bons por diversos attestados, além de achar-se impossibilitado, por molestia e idade avançada, de continuar a exercer as funções de seu cargo, resolve conceder-lhe a aposentadoria com o ordenado por inteiro de 1:400\$, na forma dos decretos n. 1746 de 16 de abril de 1853, art. 21, e n. 5423 de 2 de outubro de 1873.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio na cidade do Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituido pelo exercito e armada em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça sobre a reclamação do desembargador Joaquim de Azevedo Monteiro, e considerando:

Que, nos termos do art. 1º da lei de 18 de setembro de 1828, o Supremo Tribunal de Justiça deve ser composto de 17 juizes letrados tirados das relações por suas antiguidades;

Que, em virtude do art. 1º, § 2º da lei n. 3309 de 9 de outubro de 1886, a aposentação dos magistrados é obrigatoria desde que completam a idade de 75 annos;

Que, por officio de 15 de novembro de 1887 do director interino da Faculdade de Direito do Recife foi o Ministerio da Justiça informado de que da certidão de idade do conselheiro José Tavares Bastos, ministro do Supremo Tribunal constava haver elle sido baptisado em 5 de Maio de 1813, não podendo portanto em 5 de maio de 1888 ter menos de 75 annos;

Que, não obstante o dito magistrado só foi aposentado em 6 de abril de 1889, cerca de um anno depois de completar a idade fixada para a aposentadoria obrigatoria, sem outro motivo para demorar-se a execução da lei, senão haver declarado o magistrado que, segundo a memoria que de tradição da familia conservava, nascera em 1815, e não em 1813, mas eximiasse do onus da rectificação por não querer directa ou indirectamente reconhecer a constitucionalidade da lei da aposentadoria forçada, o que podia justificar-o de não haver deixado antes o exercicio, mas não infirmar a prova legal da certidão, nem dispensar a execução da lei por parte do Ministerio da Justiça, conforme este proprio resolveu seis mezes depois das referidas allegações;

Que esta demora injustificada prejudicou o desembargador mais antigo Joaquim de Azevedo Monteiro que, segundo a citada lei de 1828 e a revisão do Supremo Tribunal tinha direito a tomar nelle assento desde Maio de 1888 para completar o numero de 17 juizes, si houvera sido cumprida a mencionada disposição do art. 1º, § 2º do decreto legislativo n. 3309 de 1886; pois, tendo completado 75 annos de idade em 3 de fevereiro de 1889, foi aposentado por decreto de 6 de abril subsequente com as honras de ministro do Supremo Tribunal, mas com os vencimentos de desembargador, sendo-lhe contados mais de 40 annos de serviço publico;

Que, finalmente, tendo sido privado do assento no Supremo Tribunal de Justiça, que lhe era garantido pela lei organica do mesmo tribunal e pelo art. 163 da constituição então vigente, não é justo que se agrave o damno com a perda dos vencimentos do logar que lhe competia, à vista das citadas leis e attento o disposto no decreto legislativo n. 3358, de 30 de junho de 1888, que, dispensando o triennio de exercicio, lhe dava direito a todas as vantagens do cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça desde que em observancia da lei fosse dado o accesso:

Resolve alterar o citado decreto de 6 de abril, na parte relativa aos vencimentos, afim de que o reclamante perceba integralmente desde a data da aposentação os fixados para os ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 29 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Ministerio da Justiça

Por decretos de 29 do corrente:

Foi declarado sem effeito o decreto de 18 do corrente pelo qual foi nomeado juiz de direito da comarca da Posse, no estado de Goyaz, o bacharel José Machado Pinheiro Lima;

Foi designada a comarca de Itaparica, de 3ª entrancia, no estado da Bahia, para nella ter exercicio o juiz de direito Firmino Lopes de Castro.

Foram nomeados juizes de direito:

Da comarca da Posse, de 1ª entrancia, no estado de Goyaz, o bacharel Francisco Isidoro de Almeida;

Da de Entre Rios, de 1ª entrancia, no mesmo estado, o bacharel Arthur d'Avila Rebouças;

Da de Carolina, de 1ª entrancia, no estado do Maranhão, o bacharel Augusto de Mello Rocha.

Ministerio da Guerra

Por decreto de 28 do corrente, foram transferidos na arma de infantaria:

Para o 12º batalhão — Capitão do 34º Joaquim Machado de Souza, para a 3ª companhia.

Para 16º batalhão — Capitão do 32º Sebastião Gonçalves da Costa, para a 4ª companhia.

Para o 25º batalhão — Capitão do 34º Militão Thomaz Gonçalves, para a 4ª companhia.

Para o 31º batalhão — Capitão do 33º Joaquim Lourenço da Silva Ramos, para a 3ª companhia

Para o 32º batalhão — Capitão do 16º Francisco de Paula Castro, para a 2ª companhia.

Para ajudante do referido 32º batalhão — Capitão da 2ª companhia do mesmo batalhão Antonio Nunes de Salles.

Para o 33º batalhão — Capitão do 31º Lourenço da Silva Ramos, para a 4ª companhia.

Para o 34º batalhão — Capitão do 12º Pedro José de Lima, para a 2ª companhia.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

SEGUNDA DIRECTORIA

Expediente do dia 27 de janeiro de 1890

Declarou-se:

De serventia vitalicia o provimento da professora da 1ª escola publica de meninos da freguezia de S. João Baptista da Lagoa Florisbella Moratorio de Azambuja Neves, visto conter mais de cinco annos de serviço effectivo;

Ao provedor da Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro que cumpre autorizar o thesoureiro daquella irmandade a pagar as contas do Hospicio Nacional de Alienados e a receber o producto da ultima loteria extrahida em favor do mesmo hospicio.

— Requisitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem:

Para que se entregue ao director do Instituto Nacional de Musica a quantia de 1:000\$, afim de occorrer ao pagamento do despezas com a installação daquelle estabelecimento.

— Deu-se conhecimento ao referido director. Para que se pague á Companhia Brasileira de Navegação a vapor a quantia de 141\$525, importancia de passagens que concedeu por conta do Ministerio do Interior.

Requerimentos despachados

Julia dos Santos Marques. — Indeferido. Joaquim Ribeiro Pedroso Junior. — A reforma a que allude o supplicante não está approvada ainda. Cumpre esperal-a para ter andamento a sua petição.

Dia 28

PRIMEIRA DIRECTORIA

Foi declarado de serventia vitalicia o provimento da professora da 5ª escola publica de meninas da freguezia de Sant'Anna Carolina Dias da Silva Braga, visto contar mais de cinco annos de serviço effectivo.

— Declarou-se ao director da Escola Polytechnica que, attendendo ao que requereu Joaquim da Costa Leite, o Ministerio do Interior resolveu lhe seja passado por certidão si foi conferido naquella escola a Antonio Candido do Amaral o titulo de engenheiro.

— Requisitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem para que se pague a G. Leuzinger & Filhos a quantia de 80\$, importancia de 20 exemplares da obra Construções Navaes, do capitão-tenente Antonio Alves Camara, que foram adquiridos para varios estabelecimentos a cargo do Ministerio do Interior.

TERCEIRA DIRECTORIA

Remetteu-se, por cópia, ao Ministerio da Justiça em solução do aviso de 31 de dezembro findo, o officio de 13 do corrente mez, em que o engenheiro encarregado das obras

deste ministerio informa que nos compartimentos da secretaria do antigo Paço da cidade não ha espaço para alli ser estabelecida a estação policial do 1º districto da freguezia de S. José.

Requerimento despachado

Dr. Domingos Lopes da Silva Araujo. — Não ha que deferir.

Dia 23

Concederam-se seis mezes de licença, sendo quatro com o ordenado e dous com a metade, afim de tratar da saúde, ao chefe de secção da Bibliotheca Nacional Alfredo do Valle Cabral.

— Declarou-se:

Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brazil em Paris que, tendo o Ministerio do Interior resolvido se contracte na Europa um professor de canto para o Instituto Nacional de Musica, providencié no sentido de ser contractado, sem de nora, pessoa ilouca que possa desempenhar o dito logar;

Ao governador do estado de Minas Geraes que o mesmo ministerio ficou sciente de que terminaram a 15 do corrente mez os exames geraes de preparatorios na capital daquelle estado;

Ao Dr. Raimiro Affonso Monteiro que o Ministerio do Interior ficou sciente de que, tendo desistido do resto da licença que lhe foi concedida, reassumiu em 15 deste mez o exercicio do cargo de director da Faculdade de Medicina da Bahia.

—Requisitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem para que se pague a quantia de 2:919\$414, importancia de fornecimentos feitos ao Instituto dos Meninos Cegos.

—Recommendou-se ao thesoureiro do Hospicio Nacional de Alienados que antes de fazer entrega ao Thesouro Nacional dos bens pertencentes ao mesmo hospicio, os quaes estão confiados a sua guarda, salde as contas do dito estabelecimento, pagando as que se acham rubricadas pelo provedor da Santa Casa da Misericordia, as do prompto pagamento autorizadas pelo director do Hospicio e a folha do pessoal que servir até ao fim do corrente mez. — Deu-se conhecimento ao mesmo director, autorizando-o a contractar, do mez de fevereiro proximo em diante, como julgar mais acertado para a boa marcha do estabelecimento, os respectivos fornecimentos.

Requerimentos despachados

Esmeria Adelaide de Castro Leal. — Indeferido.

João Antonio de Azevedo. — Idem.

Maximiano Cecilio de Souza. — O logar está provido, mas o supplicante não figura como concurrente.

Braz Ignacio de Vasconcellos. — Não ha que deferir.

Ministerio dos Negocios do Interior. — 2ª directoria — Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1890.

Considerando que para a aposentação dos funcionarios publicos, deve computar-se todo tempo de serviço, seja qual for a sua natureza, resolvi deferir o requerimento em que o Dr. Francisco José Xavier, professor de geographia e cosmographia do Internato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria, solicitou que para a sua jubilação se conte o periodo de 11 annos, em que exerceu o cargo de presidente de uma commissão sanitaria nesta capital.

Saúde e fraternidade. — Aristides da Silveira Lobo. — Sr. Inspector Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Capital Federal:

TERCEIRA DIRECTORIA

Declarou-se:

Ao governador do estado de Goyaz, para fazer constar a thesouraria de fazenda, em solução do seu officio n. 149 de 30 de dezembro ultimo, que fica approvedo o alvitro que tomou de abonar, repartidamente pelos cidadãos que compunham o governo provisorio do mesmo estado, o ordenado marcado aos antigos presidentes;

Ao do estado da Bahia que foram approvados os creditos, na importancia de 15:000\$, abertos para occorrer ás despezas com os vencimentos dos vaccinadores parochiaes, com a enfermaria de indigentes variolosos do Barbalho e outras relativas á verba—Soccorros publicos;

Ao do estado do Ceará, em referencia aos officios ns. 700 e 866 de 14 e 24 de dezembro ultimo, que os creditos, na importancia de 18:364\$463, autorizados para indemnizar á Santa Casa de Misericordia devem ser annullados, lovando-se a respectiva despeza, conforme foi resolvido por este ministerio, á conta dos creditos abertos para soccorros ás victimas da secca;

Ao estado do Rio Grande do Norte que informe si o credito de 300:000\$, de que trata

Demonstração da despeza da verba—Soccorros Publicos—effectuada até 15 de novembro ultimo e da realizada dessa data até hontem, com discriminação da originada em virtude de compromissos das presidencias da antiga provincia e da feita por iniciativa do actual governo.

	Pelas presidencias da antiga provincia			Pelo actual governo	Total
	Em dinheiro	Em saques	Em transacções autorizadas pelo Thesouro Nacional		
Despezas effectuadas até 15 de novembro ultimo.....	5.956:629\$747				5.956:629\$747
Despezas realizadas de 16 de novembro ultimo até hontem	614:170\$904	1.898:208\$246	81:529\$67	145:057\$507	
	2.693:908\$217				2.838:965\$724

Recapitulação

Despeza effectuada até 15 de novembro ultimo.....	5.956:629\$747
Despeza de 16 de novembro ultimo até hontem.....	2.838:965\$724
	8.795:595\$471
Feitas em consequencia de compromissos das presidencias.....	8.650:537\$964
Feitas por iniciativa do actual governo.....	145:057\$507
	8.795:595\$471

Contadoria da Thesouraria de Fazenda do Estado do Ceará, 16 de dezembro de 1889. — O contador interino, João Augusto C. de Saboia.
Secretaria do Governo Provisorio do Estado do Ceará, 18 de dezembro de 1889. — Servindo de secretario, A. Thomaz de Senna Freire.

Ministerio da Marinha

Foram nomeados:
Joaquim Augusto Machado para exercer o logar de escrevente a bordo da canhoneira *Braconnot*;

Para commandar o patacho *Aprendiz Marinheiro* o 1º tenenté Francisco Maria dos Santos.

Expediente do dia 23 de janeiro de 1890

Ao Ministerio da Guerra, consultando se annue á transferencia do soldado do Batalhão Naval Felix Godoy Vallois e dos marinheiros

o officio da thesouraria de fazenda, sob n. 2 de 19 de dezembro ultimo, não está comprehendido no de 350:000\$, que foi concedido por aviso de 3 do dito mez, á vista do pedido feito em telegramma de 28 de novembro anterior;

Ao do estado do Paraná que fica concedido o credito de 1:000\$, que solicitou para pagamento das despezas feitas com a aquisição de objectos destinados ao uso e decoração do palacio do governo. — Deu-se conhecimento ao Ministerio da Fazenda:

— Accusou-se o recebimento do seguinte officio:

1ª secção — N. 757 — Estado do Ceará — Casa do Governo Provisorio — Fortaleza, 18 de dezembro de 1889.

Transmitto-vos a inclusa cópia da demonstração da despeza da verba—Soccorros publicos—effectuada até 15 de novembro ultimo e da realizada dessa data até 15 do corrente mez, com discriminação da originada em virtude de compromissos das presidencias da antiga provincia e da feita por iniciativa deste governo.

Saúde e fraternidade — Ao cidadão Aristides da Silveira Lobo, Ministro dos Negocios do Interior — O tenente-coronel, Luiz Antonio Ferraz.

nacionais Arthur de Carvalho Nogueira e Manoel da Silva Abel para as fileiras do exercito, permutando-se, porém, com outras tantas praças para o supradito batalhão, que se resente de falta de pessoal.

—Concedeu-se licença ao 2º sargento invalido do Corpo de Marinheiros Nacionais Antonio Benedicto da Cruz para residir no estado do Rio de Janeiro, percebendo pela Pagadoria da Marinha o soldo e a importancia das razões a que tiver direito.

— A Contadoria, mandando abonar, como ajuda de custo, ao capitão de fragata Eliezer Coutinho Tavares, capitão do porto interino do Rio Grande do Sul, a importancia de 200\$000.

— Ao capitão-tenente João Antonio de Miranda Nelson, nomeando-o para interinamente exercer o cargo de capitão do porto do estado de Santa Catharina. — Fizeram-se as communicações.

— Ao 1º tenente Candido Floriano da Costa Ribeiro, exonerando-o do cargo de capitão do porto do estado do Rio Grande do Norte. — Fizeram-se as communicações.

— Ao governador do estado do Rio Grande do Sul, communicando que, nesta data, é nomeado para exercer interinamente o lugar de capitão do porto do mesmo estado o 2º tenente reformado Franco de Souza Franco, e exonerado o cidadão Antonio Gomes da Silva. — Communicou-se à Capitania do Porto do referido estado e à Comandoria.

— A' Intendencia da Marinha:

Autorizando a fazer aquisição e remetter ao Arsenal de Marinha do Ladario os 280 metros de tubos de ferro pedidos em officio n. 23 de 25 do corrente;

Autorizando a mandar fornecer à Delegacia da Capitania do Porto em S. João da Barra quatro bandeiras nacionaes, sendo duas de dous pannos e duas de quatro;

Communicando que, em solução do aviso n. 25 de 25 do corrente, ficou marcado o prazo improrogavel de tres mezes para a conclusão dos trabalhos que se estão fazendo na ilha do Bom Jesus.

Ministerio dos Negocios da Marinha.—2ª secção.—N. 345 A—Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1890.

De posse de todos os papeis que acompanharam vosso officio n. 41 de 16 do corrente, acerca da realização das baixas das praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes que completaram o prazo de nove annos de serviço nos logares onde se acharem a esse tempo, em vista do aviso n. 440 de 21 do mez proximo preterito que, excluindo o periodo de desercções, facilitou a contagem do tempo de serviço, declaro-vos que semelhante providencia já foi estabelecida pelos avisos de 22 de setembro de 1876 e 8 de outubro de 1878, os quaes devem ser rigorosamente observados.

Como complemento ás ordens citadas, recomendo que no documento de divida a entregar ás praças na occasião de suas baixas, sejam contempladas não só as dividas referentes a exercicios encerrados, mas tambem os que disserem respeito ao que estiver então em vigor, podendo os commandantes dos navios, flotilhas ou estabelecimentos de marinha aceitar a declaração das praças que quizerem continuar no serviço, do que darão sciencia ao respectivo corpo para os effeitos logaes.

Como medida transitoria e só enquanto os livros de soccorros e os livros mestres não se acham em dia, trabalho esse que cumpre se faça com o maior rigor, proceder-se-ha ao computo do tempo de serviço pelas cadernetas subsidiarias, enviando-se ao corpo central uma guia ou cópia de assentamentos para completar-se o historico das praças, como continuar-se-ha a observar quando aquelle trabalho estiver terminado.

Saude é fraternidade.—Eduardo Wandenholk.—Sr. ajudante-general da armada.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Juvenal Jardim.—Estando encerrada a inscripção, não tem lugar.

Miguel Pereira Cardoso.—A' vista da informação, não tem lugar.

2º tenente Olympio Thompson.—Indeferrido.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 27 do corrente, foi nomeado o tenente-coronel do corpo de estado maior de 1ª classe Americo Monteiro de Barros para servir na 2ª secção da directoria geral de obras militares.

Ministerio da Agricultura

Por portaria de 29 do corrente, concederam-se tres mezes de licença, com vencimentos na forma da lei, a João Lopes de Oliveira Araujo, conferent da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saude onde lhe convier.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 29 de janeiro de 1890.

Eduardo de Sã Bittencourt Camara e Demetrio de Barros Leite.—Compareçam na Directoria da Agricultura.

Empregados da 2ª residencia da linha central da Estrada de Ferro Central do Brazil.—Completem o sello da petição de 13 do corrente.

Directoria Geral dos Telegraphos

Requerimentos despachados

Dia 23 de janeiro de 1890

Juvenal Augusto Pereira da Costa, Antonio Collares Barroso, Rodolpho José de Araujo e Americo Pinto Guedes.—Como requerem.

Felinto Elyσιο do Nascimento Costa, Manoel Amancio de Souza e Liberato Gonçalves Bueno.—Não ha vagas.

José Petronilio Teixeira de Vasconcellos.—Ao Sr. chefe do districto para informar.

Affonso Lobo Botelho.—Sim.

Dia 23

Carlos de Almeida Martins.—Junte os attestados exigidos pelo regulamento.

Bernardino Bruno Bustamante.—In'orme a secção competente.

Francisco Franklin Salgueiro Nunes.—Em vista das disposições do art. 16 § 3º do regulamento vigente não tem lugar o que requer.

Repartição fiscal do governo junto à companhia City Improvements

BOLETIM DO SERVIÇO DIARIO

Dia 25 de janeiro de 1890

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.107 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em predios cinco, sendo duas por obstrucções devidas a falta de agua (1) e a gordura (1), nos ramaes de 6" e de 9", e uma por vasamento nas juntas do ramal de 6", uma por abatimento no ramal de 4", e uma por desarranjo em bacia de patente.—Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se a galeria da rua dos Andradas em frente ao n. 8, e os ralos da praça da Constituição, ruas Sete de Setembro, Uruguayana, S. José, Hospicio, Municipal, Benedictinos e S. Joaquim, sendo tolos desinfetadas.

2º districto — Predios esgotados 8.638; cortiços 130, com 3.720 quartos.

Reclamações em predios cinco, por obstrucções devidas a terra (4) e a lixo (1), nos ramaes de 6" e de 9".—Foram attendidas no mesmo dia.

3º districto — Predios esgotados 4.309; cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em predios duas, por obstrucções devidas a terra nos ramaes de 6".—Foram attendidas no mesmo dia.

4º districto — Predios esgotados 7.056; cortiços 37, com 660 quartos.

Reclamações em predios duas, por obstrucções devidas a terra (1), e a pannos e sebo (1), nos ramaes de 6".—Foram attendidas no mesmo dia.

5º districto — Predios esgotados 2.875; cortiços 11, com 232 quartos.

Reclamações em predios tres, por obstrucções devidas a sebo (1) e a terra (2), nos ramaes de 4".—Foram attendidas no mesmo dia.

Reclamações em ruas duas, por abatimento dos ramaes de 9" na rua de S. Salvador em frente ao n. 24 e praia de Botafogo esquina da rua Marquez de Abrantes.—Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas General Polydoro e Passagem.

Dia 26

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

Não houve reclamações.

Repartição fiscal do governo junto à companhia City Improvements, 28 de janeiro de 1890.—Pelo engenheiro fiscal, Luiz F. Monteiro de Barros, ajudante.

Dia 27

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.107 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em predios oito, sendo quatro por obstrucções devidas a terra (2), a gorduras (1) e a restos de comidas (1), nos ramaes de 4", 6" e de 9", e no cano de ferro, uma por exhalacões pelas juntas do ramal de 6", e tres cujos serviços ficam em andamento.—Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas Barão de S. Felix (4) e Senador Pompeo (3).

2º districto — Predios esgotados 8.638; cortiços 130, com 3.720 quartos.

Reclamações em predios tres, sendo uma por obstrucção devida a terra no ramal de 4", e duas por vasamentos devidas ás juntas abertas no ramal de 9", e a canos quebrados do ramal de 9".—Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas D. Feliciano (2), Barão de Capinema (1), e os ventiladores das ruas Visconde Sapucahy, Catumbi, Itapirú, Conde d'Eu, Miguel de Frias e Machado Coelho.

3º districto — Predios esgotados 4.309; cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em predios duas, por obstrucções devidas a terra nos ramaes de 4".—Foram attendidas no mesmo dia.

Reclamações em rua uma, por exhalacões devidas a juntas abertas no ramal de 9" na ladeira do Russell em frente ao n. 1.—Foi attendida no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas Rezende, Invalidos e Riachuelo.

4º districto — Predios esgotados 7.056; cortiços 37, com 660 quartos.

Não houve reclamações.

Limparam-se os depositos das ruas Barão de Mesquita (3), Vinte quatro de Maio (1) e Francisco Manoel (1).

5º districto — Predios esgotados 2.875; cortiços 11, com 232 quartos.

Reclamação em predio um, por obstrucção devida a terra no ramal de 4".—Foi attendida no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas Silva Manoel, D. Marciana, D. Polixena, D. Carolina e a galeria da praia de Botafogo.

Repartição fiscal do governo junto à companhia City Improvements, 29 de janeiro de 1890.—Pelo engenheiro fiscal, Luiz F. Monteiro de Barros, ajudante.

NOTICIÁRIO

Intendencia Municipal—O expediente de 29 do corrente constou de:

Offícios recebidos—Da Inspectoria de Hygiene de 15 do corrente, sobre o estado do predio n. 24 à rua Itapitirú.—Providenciado.

Da mesma de 24 de dezembro ultimo, sobre estagnação de águas em diversos pontos da rua do Visconde de Itaborahy.—Archi-se.

Da mesma, de 27 de dezembro ultimo, sobre o calçamento da praia de Botafogo, canto da rua de S. Clemente.—Providenciado, archi-se.

Do subdelegado do 1º districto da freguezia do Sacramento de 16 e 23 do corrente consultando a intendencia relativamente ao pagamento de licenças.—Responda-se ao subdelegado, em solução a seus dous officios, que as sublocações não estão sujeitas a imposto, ou licença, o que não succede com as casas que fornecem comida para fora a que se refere a 2ª parte do seu officio, as quaes deverão ser licenciadas pela municipalidade por acharem-se comprehendidas na expressão—Casas de negocios de qualquer natureza, edital de 13 de dezembro de 1844.

Da *Société Anonyme du Gaz*, de 27 do corrente, relativamente a dous combustores à rua Alice.—Providenciado.

Do Dr. engenheiro do 1º districto, de 24 do corrente, sobre obras à rua do Jardim Botânico n. 41A.—Providenciado, archi-se.

Do fiscal da freguezia do Engenho Novo, de 28 do corrente, relativamente a uma valla imunda à rua Martins Lage.—O fiscal que intima o morador ou occupador dos terrenos para cumprimento das posturas.

Do da freguezia da Lagôa, da mesma data, relativamente às carroças empregadas nas conducções do estreme das cocheiras.—Officie-se ao subdelegado.

Offícios expedidos—Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, solicitando providencias para serem remetidas para o matadouro as rezes doentes que forem apresentadas.

Ao medico do 3º districto, communicando-lhe que se offeça ao director da Estrada de Ferro, relativamente ao transporte de rezes.

Ao fiscal da freguezia do Espirito Santo, communicando-lhe ter ficado sem effeito a nomeação de guarda do cidadão João Louzada, sendo substituido pelo guarda removido da freguezia da Gavea, João Gomes de Oliveira; transferir para a freguezia de S. José o guarda Gregorio Tavares da Encarnação, o daquelle para esta o guarda Lourenço Pinheiro da Nobrega.

Ao da de S. José, communicando-lhe aquella remoção do guarda e substituição.

Ao da da Gloria, communicando-lhe ter ficado sem effeito a nomeação de guarda do cidadão Joaquim Antonio de Abreu Guimarães, e nomeado o cidadão João Raymundo Gomes.

Ao da da Gavea, communicando-lhe a nomeação do cidadão Athanasio José de Moura, para guarda municipal, e remoção para a freguezia do Espirito Santo do guarda João Gomes de Oliveira.

Ao da do Engenho Velho, communicando-lhe as exonerações dos guardas Hermes Francisco Proença e Lucio José Matheus Vianna, nomeando para os substituir os cidadãos David Leite e Julio G. Martins de Souza.

A' contadoria, communicando as resoluções acima mencionadas, bem assim o terem sido elevados os vencimentos do director das escolas suburbanas a 250\$ mensaes.

Ao fiscal da freguezia do Engenho Novo, para intimar o morador ou occupador dos terrenos nos fundos das predios à rua de Martins Lage, onde correm duas immundas vallas.

A' contadoria, communicando a nomeação de Genesio Elias dos Santos para servente do edificio do conselho, em lugar do cidadão João Antonio Pereira da Rocha Junior, exonerado a seu pedido.

Requerimentos—De Manoel Ignacio Cotta, cocheira de vacas à rua D. Polixena n. 34; José de Souza Brazil, idem à mesma rua n. 32; Francisco de Souza Pacheco, idem à rua D. Carolina n. 7; Francisco da Rocha Lopes, idem à rua Marquez de Abrantes n. 25; Francisco Martins de Mendonça, idem à ladeira da Santa Thereza; Teixeira Rodrigues & Comp., serraria a vapor à rua Antonio Prado n. 82; Maceio Serra & Comp., fabrica de velas à rua do Senador Euzebio n. 106; João Martins Fernandes, licença para entregar leite aos freguezes; F. de Barros Taveira & Comp., fabrica de chapéus à rua de S. Pedro ns. 41, 43, 124 e 128; Joaquim Damião, officina de ferreiro à rua Antonio Prado n. 133.—Concedam-se as licenças.

De Antonio Agostinho Seixas, licença para marchante.—Como requer.

De Cecilia Maria do Espirito Santo, José Felipe dos Santos e Josepha Vondelci, para venderem pelas ruas miudos de rezes.—Concedam-se as licenças de accordo com as posturas vigentes.

De Pedro Celestino da Rocha, licença para barracas para vender peixe no Engenho Novo e Cascadura.—Indeferido, de accordo com a informação de Sr. intendente de obras.

De Francisco Soares Couceiro, hospedaria à travessa de S. Francisco de Paula n. 14.—Sim, em termos.

De João Ferinino de Almeida, para estacionar à rua Primeiro de Março com taboleiro.—Não pôde estacionar.

De João Bernardo Paredes, licença para vender bilhetes de loteria no kiosque n. 46 da Praça do General Ozorio.—Concedida a licença, não podendo vender bebidas alcoolicas e fermentadas.

De Gonçalves & Cardoso, idem no largo do Rosario n. 37.—Igual despacho.

De Constante Burros e Carlos do Sá, pedindo licença para tirarem areia da praia de Copacabana.—Como requer, não fazendo escavações profundas.

De Maceio Serra & Comp., licença para deposito de velas, sabão, etc., à rua Costa Pereira n. 153.—Sim, em termos.

Da companhia *Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries*, licença para um saveiro; Felismina Maria Augusta da Conceição, José Cecilia, engraxador no Campo da Acclamação, Vicente Sanches, idem idem; Manoel de Oliveira Coelho, botequim à rua do Senador Euzebio n. 61; Arnaldo de Andrade, casa de quitanda em Sepetiba; de Antonio José de Araújo, taverna em Santa Cruz; Balli Severo, engraxador à rua Primeiro de Março; Julio Borillo, idem idem; João Soares, barbeiro à rua do Consolheiro Bento Lisboa n. 91; Manoel Francisco, casa de quitanda à rua do Visconde de Sapucahy n. 60; de Ferreira & Brito, armazem de generos alimenticios à praia de Botafogo n. 250; Alfredo de Oliveira, loja de louça à rua D. Polixena n. 19; e Julio Edmundo Paes de Figueiredo, casa de pasto à rua do Duque de Saxe.—Deferidos.

De Manoel Francisco Fernandes, para vender bilhetes de loteria no kiosque n. 69 no largo de S. Francisco de Paula.—Sim, não podendo vender bebidas alcoolicas e fermentadas.

De Fernandes & Souza, idem no largo do Rosario n. 41.—Sim, para a venda de bilhetes de loteria.

De Ignacio da Costa Braga, idem à praça de D. Pedro II.—Sim, para vender bilhetes, charutos e café, pagando os respectivos impostos.

De José Domingos Brazil, licença para uma carroça.—Concedida.

De Nicoláo Meliony, engraxador no largo da Carioca.—Sim, indicando o fiscal o logar da cadeira, e sem embarçar o transitio publico.

De Manoel Luiz Almeida Junior, negocio de fazendas à rua Costa Pereira n. 144.—Pagando a multa, dê-se.

De Bafont Gaspar, para vender queijos.—Sim, não estacionando.

De Francisco Manduá, peixe pelas ruas.—Sim, observando as posturas.

De Antonio Sapps, idem.—Na forma do parecer.

De Bruno Fernandes, pedindo transferencia de uma carroça.—Seja transferida.

De Prisco Pagano, para vender pelas ruas objectos de funileiro.—Sim, não podendo estacionar.

De J. Lameira, para vender pão pelas ruas.—Nos termos pedidos.

De André Gargane, mascata de calçado.—Sim, não estacionando.

De Luiz Antonio Vieira, ganhador.—Sim, em termos.

De José Alves Teixeira, sobre a obstrucção de uma valla na ladeira da Madre de Deus.—Em vista das informações, requiera à Inspectoria Geral de Hygiene.

De Manoel Teixeira da Rocha, para obras à rua dos Coqueiros n. 2.—Indeferido.

De Vasconcellos Netto & Comp., para obras à rua Rodrigo Silva n. 76.—Pode ser concedida a licença, requerendo titulo de aforamento.

Do boletim do matadouro, do dia 27 do corrente, consta a seguinte matança: 301 rezes, 45 carneiros e 3 porcos.

Malas—O correio geral expide hoje as seguintes:

Pelo *Pernambuco*, para os portos do norte, inclusive o da Victoria, impressos até às 7 horas da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2, ditas com porte duplo até às 8 idem.

Pelo *Galileo*, para Southampton e Antuerpia, impressos até às 6 horas da manhã, cartas para o exterior até às 7 idem.

Pelo *Elbe*, para Bahia, Pernambuco, Lisboa, Vigo, Southampton e Antuerpia, impressos até à 1 hora da tarde, objectos para registrar até às 11 da manhã, cartas para o interior até à 1 1/2 da tarde, ditas com porte duplo e para o exterior até às 2 idem.

Pelo *Dalton*, para Nova York, impressos até às 5 horas da manhã, cartas para o exterior até às 7 idem.

— Amanhã: Pelo *Avaruama*, para Itapemirim, Gurapary, Victoria e S. Matheus, impressos até às 5 horas da manhã, objectos para registrar até às 6 da tarde de hoje, cartas para o interior até às 5 1/2 da manhã, ditas com porte duplo até às 6 idem.

Pelo *Beserra de Menezes*, para Imbetiba e Macabé, impressos até às 12 horas da manhã, objectos para registrar até às 12 1/2 da tarde, cartas para o interior até à 1 1/2, ditas com porte duplo até às 2 idem.

— A partir do dia 1 do futuro mez, o correio expedirá novas malas para S. Francisco Xavier, Engenho Novo, Engenho de Dentro, Cascadura, Sapopemba, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz, pelo trem das 5 horas da tarde, recebendo-se correspondencia até às 4.

Pagadoria do Thesouro—Pagam-se hoje as companhias Brasileira de Navegação a Vapor, Espirito Santo e Caravelas, Anonyma do Gaz e *City Improvement*.

Noticias geraes—Nas officinas dos Srs. Krauss & Comp., de Munich, foi feita uma locomotiva que é uma obra interessante, tanto pelo destino que vai ter, como pela sua construção. A locomotiva (conjunctamente com um carro e um kilometro de estrada de ferro postatil), é um presente do rei dos belgas ao sultão de Marrocos.

Como todo o material tem de ser transportado nas costas de cumellos, do porto de Mogador à capital, as diversas partes não devem exceder de certo peso. O caminho de ferro é de bitola de 60 centimetros, e trilhos que pesam seis kilogrammas por metro corrente, pesando cada peça de trilho de cinco metros de comprimento 80 kilogrammas.

As peças mais pesadas da machina, isto é, o estrado e a caldeira pesam apenas 300 kilogrammas cada uma. O carro assemelha-se a um carro de viagem urbana, tem assento para 12 pessoas, e a sua caixa pesa 200 kilogrammas. A machina desenvolve uma força de cerca de quatro cavallos, e, com muita lotação, attinge a velocidade de 14,4 kilometros por hora.

E' uma locomotiva tender, de quatro rodas, e, afim de combinar a dualidade com leveza, é em grande parte construida de brouzo

Phosphorado e de aço, sendo os cylindros, embolos, eixos e todos os pertences do primeiro daquelles metaes. Como o combustivel que se vai empregar é lenha, possui ella uma fornalha relativamente grande, e um aparelho de agulhas americano. As principaes dimensões da locomotiva são: diametro de cylindros, 81 millimetros; curso do embolo, 160 millimetros; diametro das rodas, 390 millimetros; distancia entre os eixos, 700 millimetros; superficie de aquecimento, 1,91 metro quadrado; superficie da fornalha, 0,14 de metro quadrado; pressão de vapor na caldeira, 12 atmosferas; agua para caldeira, 50 litros; espaço para agua de administração, 140 litros; espaço para a lenha, 180 litros; peso da machina vazia, 1100 kilogrammas; peso da machina carregada, 1,400 kilogrammas. A locomotiva lilipotiana foi chamada *Occidente*, nome que está gravado em caracteres arabicos.

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SESSÃO EM 29 DE JANEIRO DE 1890

Presidencia do Sr. ministro Visconde de Sabará, secretario o cidadão Dr. Pedreira

Às 10 1/2 horas, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. ministros Freitas Henriques, Alencar Araripe, Andrade Pinto, Bandeira Duarte, Aquino e Castro, Sampaio, Faria, Leal, Uchôa, Queiroz Barros, Souza Mendes, Costa Ferreira, Buarque de Lima e Brito.

Foi approvada a acta da antecedente.

Lida e assignada a correspondencia official, passou-se ás exposições das revistas ns. 2.681, 11.110, 11.119 e 11.128 e em seguida aos

Julgamentos

N. 11.091, relator o Sr. ministro Brito, recorrente D. Alexandrina Luiza Ferreira Agra, curadora de seu marido o interdicto José Antonio Gonçalves Agra, recorrido o senador José Ignacio Silveira da Motta. — Foi negada a revista, contra o voto do Sr. Bandeira Duarte.

N. 11.095, relator o Sr. ministro Uchôa, recorrente a companhia de S. Christovão, recorrido Evaristo de Albuquerque Galvão. — Foi negada a revista unanimemente.

Passagens

Ns. 2.681, 11.101, 11.109 e 11.112.

O Sr. presidente nomeou a comissão, que tem de rever as listas de revisão de antiguidade dos desembargadores e juizes de direito, a qual ficou composta dos Srs. ministros Alencar Araripe, Sampaio e Mendonça Uchôa.

Levantou-se a sessão à 1 hora.

EDITAES E AVISOS

Instituto Nacional de Musica

Matricula para o anno escolar

De ordem do cidadão director faço publico, para conhecimento dos interessados, que de 15 de fevereiro a 15 de março proximos achase aberta nesta secretaria a matricula para o anno escolar de 1890.

Todos os alumnos matriculados no corrente anno são considerados aspirantes, e, como tal, apenas sujeitos à taxa de £5 por matricula.

Os alumnos que desejarem frequentar as aulas de solfejo terão apenas que requerer a sua inclusão na matricula, não tendo exame algum a prestar.

Os alumnos, porém, que tiverem estudos musicas feitos no paiz ou no estrangeiro deverão requerer exame de admissão provisoria.

Estes exames servem para se conhecer do adiantamento dos alumnos e para a sua classificação nas respectivas epochas de ensino, relacionando-se, por esta forma, os estudos feitos pelos mesmos alumnos com o programma de ensino adoptado pelo instituto.

Para a admissão provisoria dos alumnos proceder-se-á a exames especiaes que terão lugar na ultima quinzena de março.

O candidato a alumno, sendo de maior idade, deverá requerer ao director para ser admittido no Instituto ou para ser inscripto nos exames de admissão provisoria, declarando o curso que pretende estudar, a sua naturalidade, nacionalidade, filiação e residencia, e juntar a sua certidão de idade e um attestado que prove ter sido vaccinado dentro de prazo não superior a dez annos.

Si o candidato for de menor idade, deverá o requerimento ser feito por seu pai ou por pessoa competentemente autorizada.

A inscrição para os exames de admissão provisoria será aberta a 1 de março e encerrar-se-ha em 15 do mesmo mez.

Todos os dias uteis, das 9 horas da manhã às 3 da tarde, se acha aberta a secretaria deste instituto para serem ministradas ao publico as informações de que possa carecer.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1890. — O secretario, *Eduardo de Borja Reis*.

Escola de Minas de Ouro Preto

De ordem do Sr. Dr. director da Escola de Minas de Ouro Preto, faço constar que até o dia 22 de julho futuro, estará aberta, desta secretaria, a inscrição dos candidatos ao logar de lente da 4ª cadeira do 2º e 3º do 3º anno do curso geral desta escola: chimica dos metalloides e physica: calor, magnetismo, electricidade; chimica dos metaes e organica e physica: acustica e luz.

Os candidatos deverão apresentar os documentos de qua tratam os arts. 38 e 41 do regulamento de 27 de junho de 1885.

Secretaria da Escola de Minas de Ouro Preto, 23 de janeiro de 1890. — O secretario, *João Victor de Magalhães Gomes*.

Conselho de Intendencia Municipal

Concurrencia para a impressão de cadernetas para o serviço domestico

Pela secretaria do Conselho da Intendencia Municipal se faz publico que até ao dia 4 de fevereiro proximo futuro se receberão propostas para a impressão de 20.000 cadernetas, contendo o regulamento para o serviço domestico. Convidam-se os interessados a comparecer no edificio da Intendencia Municipal, apresentando suas propostas, legalmente formuladas e com as devidas explicações.

O modelo achase na secretaria da Intendencia para ser examinado pelos proponentes.

Os proponentes farão um deposito previo de 200\$ em dinheiro na thesouraria da Intendencia municipal para garantia da execução do contracto.

Secretaria do Conselho de Intendencia Municipal da Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 28 de janeiro de 1890. — O secretario, *José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho*.

Contadoria da Intendencia Municipal

Pagamento de apolices e dos juros vencidos

De ordem do conselho da Intendencia Municipal faço publico para conhecimento dos interessados que de hoje em diante pagar-se-ha na thesouraria da mesma Intendencia o valor das apolices municipaes, constantes do 8º sorteio, realiado e publicado em 1888, bem assim os respectivos juros de 2 annos até 31 de dezembro de 1889.

O pagamento se fará das 11 horas da manhã às 2 da tarde.

Contadoria da Intendencia Municipal, 22 de janeiro de 1890. — *Miguel A. J. Rangel de Vasconcellos*, contador.

Secretaria da Fazenda

Concurso

De ordem do Sr. Ministro dos Negocios da Fazenda, faço publico que no prazo de 60 dias, a contar desta data, achase aberta nesta secretaria a inscrição para o concurso aos logares de 1ª entrancia das repartições do Ministerio da Fazenda, de conformidade com as disposições do regulamento anexo ao decreto n. 10319 de 14 de setembro de 1889.

As materias sobre que tem de versar o concurso são as seguintes: Grammatica da lingua nacional (orthographia, analyse e redacção); grammatica das linguas franceza e ingleza (leitura, traducção e analyse); arithmetica e suas applicações ao commercio e ás repartições de Fazenda; algebra até equações do 2º grão e escripturação mercantil por partidas dobradas.

Na forma do art. 10 do supracitado decreto os candidatos deverão provar perante a comissão do concurso que teem mais de 18 e menos de 25 annos de idade, e que são de bom procedimento.

Os actuaes empregados de 1ª entrancia, para podrem ser promovidos aos logares de 2ª, deverão dar prova plena de que sabem, não só a pratica da repartição em que servem, mas tambem as materias designadas no art. 2º do supracitado decreto como exige o art. 28.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, 23 de janeiro de 1890. — O official-maior, *Augusto F. Colin*.

Alfandega de Rio de Janeiro

Propostas

De ordem do Sr. Inspector desta alfandega se faz publico que até o dia 31 do corrente mez, recebem-se propostas para o fornecimento das seguintes embarcações, destinadas ao serviço da alfandega do Pará;

Um cruzador a vapor, tendo até 300 toneladas de lotação e calado inferior a cinco pés inglezes;

Tres lanchas a vapor de diversos typos, sendo a maior de dimensões taes, que permita explorar a costa, e as outras menores providas de machinas surdas;

Um escaler de seis ramos com a competente palamenta.

Nestas embarcações, feitas com segurança, deve-se empregar material de primeira qualidade, ficando o proponente obrigado o remettel-as por sua conta ao seu destino.

Alfandega do Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1890. — O 3º escripturario, *João Fernandes da Silva*.

Edital com prazo de 30 dias n. 18

Pela inspectoría desta alfandega, se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, nos termos do titulo 5º, capitulo 5º da *Consolidação das leis das alfandegas*, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retiral-as no prazo de 30 dias, sob pena de, findo elle, serem vendidas por sua conta, sem que lhes fique direito de allegar contra os effeitos desta venda:

Armazem de consumo—Marca M: 4 ancoras vindas de Liverpool no vapor inglêz *Halley* em 17 de janeiro de 1889. Não consta do manifesto.

Marca W: 1 caixa vinda de Londres no vapor inglêz *Craingedoran* em 30 de janeiro de 1889.

Marca JB&C n. 1: 1 barril vindo de Hamburgo na vapor allemão *Bahia* em 30 de janeiro de 1889. Accreçimo ao manifesto.

Marca DF—W: 1 caixa vinda de Hamburgo no vapor allemão *Montevideo* em 18 de fevereiro de 1889, consignada a *C. Nielsen & Comp.*

Marca AACs: 2 caixas vindas de Hamburgo no vapor allemão *Argentina* em 4 de março de 1889. Não consta do manifesto.

Marca AA: 20 caixas vindas do Rio da Prata no vapor allemão *Strabo* em 9 de março de 1889. Não consta a consignação.

Lettreiro Bento M. Siqueira: 2 encapados da mesma procedencia, navio e descarga. Não consta do manifesto.

Um angulo atravessado PC—2: 1 dita da mesma procedencia, navio e descarga, não consta a consignação.

Marca JSAC: 1 dita n. 26, vinda de Southampton no vapor inglez *Trent*, em 11 de março de 1889, consignada a José de Souza Andrade & Comp.

A mesma marca: 1 caixa n. 25, da mesma procedencia, navio e descarga, consignada aos mesmos.

Marca SG: 9 ditas, vindas do Rio da Prata no vapor francez *Bearn*, em 24 de maio de 1889, consignadas a José de Villa Flor.

Marca GB: 1 dita vinda de Bordeaux no vapor francez *Eguateur*, em 24 de maio de 1889, consignada á ordem.

Marca JACC: 1 dita n. 277, vinda do Havre no vapor francez *Vile de Ceará*, em 24 de maio de 1889. Não consta do manifesto.

Marca FIP: 1 volume vindo de Liverpool do vapor inglez *Biela*, em 7 de junho de 1889. Idem.

Lettreiro V. A. Harris: 7 caixas vindas de Nova Zelandia no vapor inglez *Tonic*, em 22 de junho de 1889. Não consta a consignação.

Marca A: 1 caixa, Quadrante ASA: 1 sacco.

Marca AIC: 1 caixa.

Marca B: 1 sacco.

Marca BZBL: 1 caixa.

Marca C: 2 saccos.

Esphera CS: 1 dito.

Esphera CAC: 1 caixa.

Marca CF: 5 barricadas.

Esphera CS: 1 caixa.

Marca CHC: 2 ditas.

Lettreiro D. Gertrudes Saraixa: 1 dita.

Marca EC: 1 fardo.

Marca FYA: 1 caixa n. 50.

Marca HW: 1 dita.

Marca LG: 1 dita.

Marca LC: 1 dita.

Dous triangulos entrelaçados M: 1 dita.

Lettreiro: 1 lata.

Dous triangulos entrelaçados I: 1 caixa.

Marca PE&C: 2 ditas.

Marca RC: 1 dita.

Marca SMB: 1 dita.

Marca PC: 1 dita.

Sem marca: 1 dita.

— 2 latas.

— 3 barricadas.

Marca SG: 1 caixa.

Lettreiro V. A. Harris: 1 barrica.

Sem marca: 2 fardos.

— 1 amarrado.

Marca FM&C—R: 1 caixa.

Lettreiro Francisco Octaviano: 1 dita.

Marca MS&C: 1 dita.

Marca AW&C: 1 dita.

Sem marca: 3 tijolos. Ignora-se a procedencia de todos estes volumes.

Marca JJSP: 50 caixas, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Valparaiso*, em 23 de março de 1889. Não consta do manifesto.

Alfandega do Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1890.—O inspector, *Ubaldo do Amaral Fontoura*.

Recebedoria do Rio de Janeiro

Pela Recebedoria do Rio de Janeiro se faz publico que, pela agencia estabelecida em Cascadura para a arrecadação de diversos impostos, se procederà no mez de fevereiro vindouro á cobrança, á boca do cofre, do imposto de industrias e profissões relativo ao 1º semestre do exercicio de 1890, lançado pela freguezia de fóra da cidade.

O que não satisfizer o pagamento do dito imposto no referido mez, incorrerá na multa estabelecida.

Recebedoria, 29 de janeiro de 1.90.

Intendencia da Marinha

CONCURRENCIA

Instrumentos cirurgicos

Em virtude do aviso n. 190, de 22 de janeiro, o conselho de compras recebe propostas no dia 3 de fevereiro proximo futuro, ás 10 horas da manhã, para o fornecimento de instrumentos cirurgicos destinados ao Hospital de Marinha, achando-se aberta a inscripção até áquella data, na Intendencia, onde tambem pode ser procurada pelos pretendentes a relação, discriminativa dos artigos.

Avisa-se aos proponentes que devem ser os instrumentos legitimos da fabrica Mathien e Colliu, de Pariz, trazendo a marca registrada; outrossim, os preços serão lançados por extenso e em algarismos, mencionando os concorrentes não só o custo de cada artigo como a importancia total dos mesmos.

Finalmente, as propostas deverão ser fielmente iguaes á relação que se acha na Intendencia, não podendo os proponentes fazer declarações ou notas explicativas que não serão tomadas em consideração pelo conselho.

Secretaria do conselho de compras, 27 de janeiro de 1890.—*Honorio de Souza Salgado do Nascimento*.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra capitão do porto, aviso aos proprietarios das embarcações não só que servem de armazem, mas tambem que navegam nesta bahia e rios adjacentes, quer ellas se empreguem no trafego, quer se occupem em serviço particular, quer se prestem apenas para recreio, que, dentro do prazo de dous mezes, a contar desta data, devem tirar a licença a que se refere o art. 76 do regulamento de 19 de maio de 1846.

Tal licença não será concedida sem que, nos termos do aviso de 15 de dezembro de 1860, seja previamente exhibido documento que comprove o pagamento do imposto municipal.

Aos contraventores será applicada a multa estatuida no citado art. 76.

Secretaria da Capitania do Porto da capital e estado do Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1890.—*Genesio Machado*.

Intendencia da Guerra

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 4 de fevereiro proximo futuro, até ás 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo especificados.

A saber:

1. 242 metros de algodão branco liso encorpado tendo 0m,71 de largura pelo menos.

1. 731 ditos de algodão branco encorpado para barracas.

1. 242 ditos de anagem larga.

600 ditos de morim para curativos.

95 ditos de baetilha branca para sellins, de 0m, 60 d largura.

77m,50 ditos de panno encarnado para vistas.

80 cobertores de lã encarnada para officiaes.

120 pares de meias curtas de lã.

6.706 pares de luvas brancas de algodão de diversos tamanhos.

153 colchões cheios de capim, com capas de algodão americano riscado e trançado, tendo 1m,77 de comprimento, 0m,66 de largura e 0m,13 de altura.

60 colchões com o mesmo enchimento e capas de igual fazenda, tendo 1m,90 de comprimento, 0m,75 de largura e 0m,13 de altura.

100 travesseiras tambem com o mesmo enchimento, com capas de igual fazenda, tendo 0m,66 de comprimento e 0m,22 do diametro.

500 kilogrammas do cabo de manilha de 0m,140 de circumferencia.

1 clarinete de ebano, com 13 chaves, em sib e o competente sacco.

1 requinta de ebano, em sib, com 13 chaves e o competente sacco.

4 pistons em do e sib, modelo G. M. o competentes caixas.

2 trombones a sax em do.

2 ophecleides a sax sib e do com quatro pistons.

1 trompa a sax em sib.

1 bombo completo.

1 par de pratos turcos da 15 pollegadas de diametro.

Os instrumentos de madeira devem ser legitimos de Lefevre e os de metal de Gautrot.

Todos os artigos serão fornecidos de prompto, á excepção dos colchões e travesseiros, que deverão ser entregues no menor prazo possivel.

Os proponentes, sob pena de não serem tomadas em consideração as suas propostas, devem apresentar amostras dos artigos que pretendem fornecer, assim como as que não forem feitas de accordo com o art. 64 do regulamento em vigor, escriptas com tinta preta, em duplicata, com referencia a um só artigo, o numero e marca das amostras, o finalmente declaração de sujeitar se o proponente á multa de 5 % no caso de recusar-se a assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1890.—O secretario, *Rangel de Vasconcellos*.

Intendencia da Guerra

Artigos de serigueiro para fardamento de officiaes, das praças de pret e da marujá

O conselho de compras desta repartição recebe novamente propostas, no dia 6 de fevereiro proximo futuro mez, até ás 11 horas da manhã, para o fornecimento dos artigos acima mencionados, durante o primeiro semestre do corrente anno.

Previne-se que as propostas devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem rasuras e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazer-se representar competentemente na occasião da sessão e ter muito em vista as disposições do art. 64 do regulamento, devendo nas referidas propostas fazer a declaração de sujeitarem-se á multa de 5 % no caso de recusarem-se a assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1890.—O secretario, *Rangel de Vasconcellos*.

Inspectoria Geral de Illuminação da Capital

De ordem do Sr. inspector geral, se faz publico que, em virtude do disposto no art. 2º §§ 8º e 9º do regulamento approved pelo decreto n. 9688 de 24 de dezembro de 1886, serão recebidas nesta Inspectoria Geral todas as reclamações que os interessados tenham a fazer contra a *Societé Anonyme du Gaz*, afim de se providenciar; bem assim fornecer-se-hão todos os esclarecimentos e explicações do que carecerem para que possam fiscalisar o seu consumo.

Inspectoria Geral da Illuminação da Capital, 20 de janeiro de 1890.—*José Julio da Silva Ramos*, escripturario.

Estrada de Ferro Central do Brazil

De ordem da directoria desta estrada se faz publico que, achando-se repletos de mercadorias os armazens da estação de Cachoeira, só se receberão despachos para o norte e estradas paulistas sujeitos á demora por tornar-se preciso deposital-os nas estações intermediarias.

Escriptorio do trafego, 29 de janeiro de 1890.—*J. O. Nogueira da Silva*, chefe intencional do trafego.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Arlindo Angelo de Amorim Aguiar, por seu procurador Silva Gomes & Comp., lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

«Arlindo Angelo de Amorim Aguiar, cidadão brasileiro e estabelecido com pharmacia na cidade de S. João da Boa Vista, estado de S. Paulo, para o que foi licenciado por essa digna Inspectoria, desejando, por motivos ponderosos, permear essa licença com a que igualmente foi concedida ao cidadão Daniel Kiellander, actualmente estabelecido na freguezia de Sant'Anna da Vargem Grande, do mesmo municipio, vem solicitar-vos a competente autorização para esse fim; sujeitando-se o supplicante a todas as exigencias da lei e ao que sobre esse objecto estabeleça art. 66 do regulamento do serviço sanitario em vigor; nestes termos pede deferimento.—Capital federal, 17 de janeiro de 1890.— Por procuração, *Silva, Gomes & Comp.*» Sobre duas estampilha de cem réis cada uma.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene do estado de São Paulo a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 21 de janeiro de 1890.— Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Daniel Kiellander, lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

« Diz Daniel Kiellander, cidadão brasileiro, casado, pharmaceutico pratico, licenciado para ter pharmacia aberta em Sant'Anna da Vargem Grande do Rio Verde do termo de S. João da Boa Vista, estado de S. Paulo, que tendo tratado permuta com o pratico Arlindo Angelo de Amorim Aguiar, igualmente licenciado e estabelecido no mesmo termo e na cidade de S. João da Boa Vista, e neste sentido tendo-vos requerido que vos dignasseis conceder licença para a referida permuta, o que foi deferido pela vossa deliberação de 25 de novembro do anno findo; nos termos, pois, das disposições do art. 66 do regulamento sanitario em vigor, vem o supplicante respeitosa-mente requerer vos digueis conceder-lhe a referida licença de permuta, satisfeitas todas as formalidades exigidas pela lei. E sendo de inteira justiça o requerido, pede deferimento.— E. R. M. Sant'Anna da Vargem Grande, 11 de janeiro de 1890.— *Daniel Kiellander.*» Sobre uma estampilha de duzentos rs.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene do estado de S. Paulo a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 21 de janeiro de 1890.— Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de oito dias, que o cidadão Antonio Goularte de Macedo, por seu procurador João Antonio de Galdo, lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

«Antonio Goularte de Macedo, requereu a esta inspectoria licença para continuar a pharmacia sita na estação da Cachoeira do Macacú, dignando-se V. Ex. dar por despatch «adiado até a publicação do novo regulamento.» O supplicante pede venia para ponderar a V. Ex. que não é caso de abrir

nova pharmacia, é apenas para continuar a funcionar a já licenciada, a qual o supplicante comprou a Luiz Manoel de Oliveira, o qual se retirou da localidade e como não existe outra pharmacia nas proximidades do dito logar, e sendo de urgentissima necessidade o aviamiento de receitas para muitos doentes que existem actualmente, o supplicante pede a V. Ex. se digne considerar as circumstancias expostas e resolver como for de justiça.

Saude e fraternidade.— Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1890.— Por procuração de Antonio Geularte do Macedo, *João Antonio de Galdo.*»

—Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene do estado do Rio de Janeiro a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 27 de janeiro de 1890.— Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Salustiano Bezerra de Pontes, lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

« Diz Salustiano Bezerra de Pontes, cidadão brasileiro, que, tendo a necessaria pratica de botica, vem solicitar de V. Ex. a necessaria licença para que possa abrir um estabelecimento dessa natureza na villa de Oricury, do estado de Pernambuco. Como verá V. Ex. dos documentos juntos, não só o supplicante se mostra habilitado para o fim requerido, como prova a falta de botica naquella localidade, em logar central, e aliás populoso, O documento que a respeito offerece, é um attestado da respectiva camara municipal. E assim preenchidas as mais formalidades legais que no caso se requerem, o supplicante pede deferimento — E. R. M. — *Salustiano Bezerra de Pontes.*— Côrte, 20 de outubro de 1889.» Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene do estado de Pernambuco, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 9 de janeiro de 1890.— Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de oito dias que o cidadão João Candido Faleiros, por seu procurador Antonio Veriano Pereira, lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

« Diz João Candido Faleiros, por seu procurador, que achando-se nas condições legais de obter licença de pharmacia na villa de Sapucahy, termo e comarca da Franca, vem requerer a V. Ex. se digne conceder-lhe a mesma licença, guardadas as formalidades legais, offerecendo para esse effeito os documentos juntos. O supplicante requer e pede deferimento na fórma requerida.— E. R. M.— S. Paulo, 23 de julho de 1889.— *Antonio Veriano Pereira.*» Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar ou a Inspectoria de Hygiene da provincia de S. Paulo a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 13 de agosto de 1889.— Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Imprensa Nacional

AVISOS DA INSPECTORIA DE HYGIENE

De ordem do Sr. administrador faço publico que se acham nesta repartição, remetidos pela Inspectoria Geral de Hygiene, os avisos infra para serem publicados mediante prévio pagamento:

- Alfredo Starling.
 - Antonio Augusto Leitão.
 - Antonio Bueno do Prado Pinheiro.
 - Antonio da Costa Lopes Junior.
 - Axel E. Severen.
 - Euzebio Alves Sarmento.
 - Francisco Augusto de Aguiar.
 - Francisco de Assis Rocha.
 - Francisco Cozzi.
 - Francisco Xavier de Seabra Andrade.
 - Hermann Schlobach & Costa.
 - Hermelino Antonio da Silveira.
 - Hilario José Pereira.
 - João Bartholomeu Pogot.
 - João Bonifacio de Medeiros Gomes.
 - João Heduviges Borges de Souza.
 - Joaquim da Costa e Faria.
 - Joaquim do Lavor Paes Barreto.
 - Joaquim Lopes Moreira.
 - José Annibal Cataldi.
 - José Felix de Almeida Cotta.
 - José Ignacio da Gloria.
 - José Maria Lopes Teixeira.
 - Julio Cherubim Alves da Cruz.
 - Leovegildo Maria de Oliveira.
 - Manoel Joaquim Barbosa de Andrade.
 - Manoel Pinto Netto.
 - Octavio de Carvalho Lobão.
 - Paulo De Gino.
 - Osmundo Tolentino Alvares.
 - Pedro Ribeiro da Silva.
 - Quintino Thomaz de Oliveira.
 - Theodoro de Andrade Cortes.
 - Tude Pinto Crespo (capitão).
- Secção central, 23 de janeiro de 1890.—
A. J. Cardoso Pereira de Barros, ajudante do administrador.

COMMERCIO

Rio, 29 de janeiro de 1890.

Cambio

O mercado não teve alteração, mantendo os bancos a taxa de 24 1/4 d. sobre Londres, e as equivalentes sobre as outras praças.

As tabellas no Banco do Commercio, Nacional, Commercial, Industrial, English Bank, London Bank e Banco Allemão, são as seguintes:

Londres, por 1\$.....	24 1/4 d., a 9) d/v.
Pariz, por franco.....	393 a 395 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco.....	486 a 488 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	393 a 393 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	223 e 224 1/2, a 3 d/v.
Nova-York, por dollar.....	23070 a 23100, á vista.

O movimento do dia foi pequeno, sobre Londres, de 24 1/4 d., bancario, 24 3/8 d., dito contra caixa matriz, e de 24 3/8 a 24 1/2 d., de papel particular.

Repassou-se papel bancario sobre Londres a 243/3 d.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BOLSA.

Apolices

10 apolices geraes de 1:000\$....	948\$000
10 ditas idem.....	918\$000
40 ditas idem.....	948\$000
14 ditas idem.....	918\$000

Ações de bancos e companhias

300 ações do Banco Lavoura e Comercio.....	418\$000
200 ditas idem.....	418\$000
500 ditas idem para 31.....	418\$000
89 ditas do Nacional do Brazil...	78\$000
100 ditas idem.....	77\$000
190 ditas do Constructor.....	428\$500
75 ditas Comp. Sapucahy.....	45\$000
13) ditas Leopoldina.....	133\$000
8 ditas Seguros Fidelidade.....	170\$000
32 ditas Empreza Obras Publicas do Brazil.....	1:000\$000

Debentures

50 Dobs. Bragantina.....	190\$000
35 ditos Sofrocabana.....	86\$000

Letras hypothecarias

194 Letras do Banco Credito Real do Brazil; ouro.....	83\$000
---	---------

Soberanos

1.000 Soberanos	93900
1.780 ditos	93900
3.500 m/m ditos	93900
500 ditos	93900
350 ditos	93900
300 ditos	93900
5.000 ditos para 31	93920
1.780 ditos a dinheiro	93920

Soberanos

Vendedores	93920
Compradores	93920

COTAÇÕES OFFICIAES

Apolices

Apolices geraes de 1:000\$	9183000
----------------------------------	---------

Soberanos

Soberanos	93900
Ditos	93920
Ditos para 31	93920

Acções de bancos e companhias

Banco Lavoura e Commercio para 31	415000
Dito idem a dinheiro	415000
Dito Nacional do Brazil	785000
Dito idem	775000
Comp. Seguros Fidelidade	1705000
Dita Sapucahy	453000
Dita Empreza Obras Publicas	1.0005000
Dita Leopoldina	1305000

Debentures

Comp. Sorocabana	833000
Dita Bragantina	1995000

Letras hypothecarias

Banco Credito Real do Brazil, ouro	835000
--	--------

J. J. Fernandes, presidente. — Pompeo Pereira Palha, secretario.

Bancos e companhias

DIVIDENDOS E JUROS ANNUNCIADOS

Empréstimos

Estado de Matto Grosso, os juros de suas apolices, no Banco do Commercio.

Estado de Minas Geraes, os juros das suas apolices, no Banco Nacional do Brazil.

Estado do Paraná, os juros das suas apolices, no Banco do Brazil.

Estado do Rio Grande do Sul, os juros das suas apolices, no Banco do Brazil.

Intendencia Municipal de S. Paulo, os juros do semestre proximo findo, no Banco Nacional do Brazil.

Bancos

Brazil, o 72º dividendo, na razão de 10\$ por acção integralisada, e \$400 por acção da recente emissão.

Commercial do Rio de Janeiro, o 47º dividendo de 10\$ por acção integralisada e 2500 por acção da ultima emissão.

Commercio, o 29º dividendo de 10\$ por acção integralisada e \$700 por acção da recente emissão.

Commerciantes, na razão de \$800 por acção ou 12 % sobre capital realizado.

Credito Real do Brazil, o coupon das suas letras hypothecarias, relativo ao semestre proximo findo.

Constructor do Brazil, o dividendo.

English Bank of Rio de Janeiro, o dividendo na razão de 8 shillings por acção.

Industrial e Mercantil, o dividendo de 8\$ por acção integralisada e \$500 por acção da nova emissão.

Intermediario do Rio de Janeiro, o dividendo, na razão de 12 % ao anno, ou 3\$ por acção.

Lavoura e Commercio o 1º dividendo, na razão de 12 % ao anno, ou 1\$120 por acção.

Mercantil dos Varegistas, o dividendo de 10 % ou 7500 por acção.

Popular, o 3º dividendo na razão de 6\$ por acção integralisada e 2500 por acção da 2ª serie.

Rural, o 72º dividendo na razão de 10\$ por acção.

Agricola do Brazil, o 1º dividendo, de 1\$800 por acção.

Auxiliar, o dividendo na razão de 10 % pelas antigas e 1\$ pelas modernas acções.

Colonizador e Agricola, rua da Alfandega n. 15, o 1º dividendo, na razão de \$800 por acção.

Commercial de S. Paulo, o 7º dividendo, na razão de 3\$ por acção, no Banco Commercial do Rio de Janeiro.

Del Credere, o 7º dividendo, da razão de 12\$ e mais um bonus de 3\$, equivalentes a 5 % ao anno.

Lavoura (S. Paulo), o 6º dividendo, na razão de 10 % ao anno, ou 5\$ por acção; no Banco Del Credere.

Mercantil de Santos, o 32º dividendo, na razão de 10\$ por acção de 1ª emissão, 1\$510 dita de 2ª emissão e \$310 dita de 3ª emissão; na sua agencia no Rio de Janeiro.

Provincial de Minas Geraes, o 1º dividendo, na razão de 8 % ao anno; na caixa filial, rua da Alfandega n. 6.

Rio de Janeiro, o 1º dividendo de 1\$ por acção. Territorial Mercantil de Minas, o 5º dividendo, na razão de 15\$ por acção integralisada e 1\$500 por acção da ultima emissão; além da sede, nas caixas filiaes de Ouro Preto, S. José de Além Parahyba e Rio de Janeiro.

Companhias de carris

Jardim Botânico, rua da Alfandega n. 25, o dividendo do trimestre findo, na razão de 3\$500 por acção.

S. Christovão, o 40º dividendo, relativo ao semestre proximo findo.

Villa Izabel, o coupon do semestre proximo findo e bem assim o capital e juro dos 85 debentures cujos numeros indicou o sorteio effectuado em 27 de dezembro ultimo; no Banco Industrial e Mercantil.

Pernambuco (de 27 em diante), o 15º dividendo na razão de 4\$ por acção; no Banco Colonizador e Agricola, rua da Alfandega n. 15.

Urbanos, o 32º dividendo, relativo ao trimestre proximo findo.

Villa Izabel, o 39º dividendo na razão de 7\$ por acção, relativo ao semestre findo.

Companhias de estradas de ferro

E. de F. e Minas de S. Jeronymo (no escriptorio dos Srs. Souza Irmãos & Comp., rua do Hospicio n. 25), o capital e juros até 31 de dezembro de 1889, dos 30 debentures sorteados; e bem assim os juros vencidos nessa data de todos os debentures da companhia.

Maricá, rua do Hospicio n. 77, o juro do semestre proximo findo, e bem assim o capital dos 16 debentures sorteados.

Sapucahy no English Bank of Rio de Janeiro, o coupon n. 9 dos debentures emitidos pela Companhia E. F. Santa Isabel do Rio Preto (de £ 5) ao cambio de 25 d. por 1\$) os quaes ficaram a cargo daquela empreza.

União Valenciana, o juro de 7 % dos debentures, relativo ao semestre proximo findo, no escriptorio dos Srs. M. A. Esteves & Filho, rua de Bragança n. 29.

Carangola (de 21 em diante), o 1º rateio do capital (inclusive o que se refere ás acções subsidiarias) e a 2ª prestação de juros, vencida em 30 de junho de 1889; no Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro.

Juiz de Fora e Piaú rua do conselheiro Saraiva n. 18, os juros do semestre proximo findo dos debentures da 1ª e 2ª series.

Oeste de Minas, o juro das acções da 2ª e 3ª series, relativo ao semestre proximo findo.

S. Paulo e Rio de Janeiro (de 21 em diante), o 35º dividendo, na razão de 9\$ por acção; no escriptorio da companhia, rua do General Camara n. 46.

Companhias de seguros

Alliança, o 15º dividendo, na razão de 15 % ao anno.

Argos Fluminense o 63º dividendo, na razão de 25\$ por acção.

Atalaya, o 6º dividendo, na razão de 20 % ao anno.

Confiança (de 15 em diante) o 35º dividendo de 20 % ao anno, ou 2\$ por acção.

Fidelidade, o 58º dividendo, na razão de 9\$ por acção.

Garantia, o 43º dividendo, na razão de 9\$ por acção.

Gral, o 7º dividendo, na razão de 4\$ por acção ou 41 % ao anno.

Integridade, o 31º dividendo, na razão de 10\$ por acção.

Nova Permanente, o 92º dividendo na razão de 20 % ao anno.

U. C. dos Varegistas, o dividendo na razão de 3\$ por acção.

Vigilancia o 5º dividendo na razão de 15 % ao anno.

Indemnizadora, rua da Quitanda n.119, o 2º dividendo, na razão de 15 % ao anno.

Companhias de tecidos

Carioc, o 7º dividendo, na razão de 12\$ por acção.

Progresso Industrial do Brazil, na razão de 20 % ao anno ou 1\$050 por acção, como determina o art. 10 dos estatutos.

Rink, rua do Costa n. 31 A, o 18º coupon.

S. Christovão, o 1º coupon, na razão de 8\$ por debenture.

Brazileira de Fiação e Tecidos, rua do Hospicio n. 57, o dividendo, na razão de 10 % ao anno.

Confiança Industrial, rua de S. Pedro n. 18 (de 21 em diante), o 5º dividendo, na razão de 15\$ por acção, e o 2º dito relativo ás acções da 2ª emissão, na razão de 6\$663, ou 15 % ao anno.

Companhia de navegação

Espirito Santo e Caravellas, o dividendo relativo ao semestre findo.

Companhias diversas

Docas D. Pedro II, o coupon de 6\$ do semestre proximo findo, e bem assim o capital dos 46 debentures, cujos numeros indicou o sorteio de 3 do corrente, o 23º dividendo, na razão de 3\$500 por acção.

José Antonio de Araujo Filgueiras & Comp., o 7º coupon dos debentures da 1ª emissão.

Empreza de Obras Publicas do Brazil, rua do Hospicio n. 69, o dividendo na razão de 20 % ao anno.

Engenho Central de Quissamã, os juros dos debentures do semestre findo; no Banco Nacional do Brazil.

Industria do Biribiry, o coupon do semestre proximo findo, no Banco do Commercio.

Industrial Fluminense, o dividendo relativo ao semestre findo.

Industrial Guanabara o dividendo na razão de 6\$ por acção, ou 30 % ao anno.

Nacional de Oleos, rua do Rosario n. 41, o 1º coupon, na razão de 8\$ por debenture.

Nova Industria, rua do General Camara n. 65, o 1º dividendo.

Nova Companhia Commercio e Lavoura, o 3º dividendo, na razão de 8 % ao anno.

Progresso Maritimo, rua Primeiro de Março n. 85, 1º andar, o 2º dividendo, na razão de 12 % ao anno, relativo ao semestre proximo findo.

Servico Maritimo, o dividendo do ultimo semestre, na razão de 7\$ por acção.

União, o 1º dividendo.

Caixa de Credito Commercial, o dividendo, na razão de 18 % ao anno, ou 9\$ por acção.

Carruagens Fluminenses, o dividendo relativo ao semestre findo.

Elevador e Fabrica de Chumbo, rua do Hospicio n. 63, o 2º dividendo, na razão de 8 % ao anno.

Pastoril Mineira, rua da Candelaria n. 18, o 1º dividendo, na razão de 6\$ por acção.

Victoria (E. C. de Arroz), o juro dos seus debentures e o capital dos cinco cujos numeros foram indicados no sorteio do semestre findo; no Banco do Brazil.

CHAMADAS DE CAPITAL

Acham-se annunciadas as seguintes: Banco da Lavoura e do Commercio, a 3ª prestação de 10 % ou 20\$ por acção; de 27 a 31 do corrente.

Banco de Credito Real de S. Paulo, a 2ª prestação de 10 % ou 5\$ por acção; de 27 a 31 do corrente.

Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, uma prestação de 15 % ou 30\$ por acção da nova emissão; até 8 de fevereiro proximo futuro.

Banco do Rio de Janeiro, a prestação de 10 % ou 10\$ por acção; de 1 a 5 de fevereiro proximo futuro.

Companhia Nacional de Tecidos de Seda, a 1ª prestação de 20 % por acção.

Domingos Costa & Comp. negociantes estabelecidos nesta praça, à rua de S. Pedro n. 30, com commercio e deposito de fumos, charutos e cigarros, veem apresentar à junta commercial a marca supra para distinguir o seu fumo louro denominado Derby, a qual consiste no seguinte: Um rotulo de fórm rectangular dividido em quatro partes maiores e menores. A primeira maior de fundo azul claro contém no centro a cabeça de um cavallo circulada por uma ferradura e sobre o fundo encarnado. No alto lê-se *Fumo Louro Derby*. Aos lados dividido. *Manufactura especial*, e por baixo *Rio de Janeiro*: O outro rectangular, maior tambem de fundo azul claro, contém o emblema *Dois cachimbos*, marca já registrada pelos requerentes, tendo na parte superior o seguinte: *Nova marca de fumo especial e na inferior Completamente puro e sem preparo estranho ao fumo*. Os dous pequenos rectangulos de fundo amarello, são atravessados por uma facha branca em sentido obliquo e contrario e com um ramo de fumo no reverso das mesmas fachas contendo em um a firma dos requerentes e no outro a qualidade do fumo, rua e numero do estabelecimento. A mencionada marca é pela firma usada nos pacotes de fumo contendo o producto do seu fabrico.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1890.— Sobre uma estampilha de \$200.— Assignados *Domingos Costa & Comp.*

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil às 11 1/2 horas da manhã de 18 de janeiro de 1890.— *Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 1.748 em virtude de despacho da Junta Commercial em sessão de hoje.

Pagou no primeiro exemplar 6\$ de sello e \$300 da taxa addicional de 5 %.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1890.— *Cesar de Oliveira*.

ANNUNCIOS

Imprensa Nacional

Acham-se à venda nesta repartição as CONSTITUIÇÕES AMERICANA e SUISSA— Preço de cada uma \$500.

Companhia City Improvements

A Repartição Fiscal do Governo junto à esta companhia funciona no largo do Rosario n. 21, esquina da rua dos Andradas, para onde deve ser dirigida qualquer reclamação relativa a serviços a cargo da referida companhia.

PRIVILEGIOS

JULES GÉRAUD, à rua do Rosario n. 43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Podem ser tomadas em qualquer tempo, mas terminam sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 20 de julho de 1889.

Rio de Janeiro.— Imprensa Nacional.— 1890

Movimento do Porto

Sahidas do dia 29

Santos—paq. ing. *Plato*, comm. P. Combes.
S. Vicente—vap. ing. *Cyanus*, 1,065 tons., comm. J. Henderson, eq. 22, c. carvão.
Santos—paq. allm. *Procello*, comm. J. Fendt, pass. o ing. T. G. Cross.
Hayti—b.c. dinam. *Marie*, 165 tons., m. W. Goldermann, eq. 6, em lastro de pedra.
Mouan—banc. allm. *J. F. Pust*, 335 tons., m. F. Niejahr, eq. 8, em lastro de pedra.
Cabo Frio—hiat. nac. *Nossa Senhora de Assumpção*, 32 tons., m. João Rodrigues Christovão, eq. 3, c. v. g.
Victoria e escalas—paq. nac. *Estrella*, comm. Manoel José da Silva Reis, pass. Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes, mulher e dous filhos, D. Romana Couto e dous filhos, Ezequiel Pavilha, João Salles, Francellino Victoria Campos e mais 12 de prôa.

Entradas no dia 29

Montevideo e esc.—9 ds. (20 hs. de Santos), paq. nac. *Rio Grande*, comm. 1º tenente Affonso de Vasconcellos; passags.: H. Polley, 1º tenente José de Abreu, 1º tenente Francisco Xavier Tinoco Junior, D. Julia Augusta da Silva, Dr. Braulo R. Colonia, Julião Barbosa, Rodolpho Shon, Candido Rocha Paranhos, Alberto Kroehne e sua mulher, Miguel Jorge, D. Maria José, Antonio Francisco Santa Rita e um filho, Guilherme José Leite, Francisco José de Souza, Joaquim Guilherme, Dr. Lopa Netto; os argentinos Adolpho Rey e sua mulher e mais 23 de 3ª classe.
Pelotas e esc.—6 ds. (1 d. e 15 hs. de Paranaguá), paq. nac. *Camillo*, comm. José Francisco de Oliveira; passags.: Dr. Adolpho Duprat da Cunha Lima, José Joaquim Saldanha Junior, D. Izilda Garcia de Macedo, Antonio Francisco dos Santos Abra, Francisco Antonio Moura Azevedo, Pedro de Souza Paixão, Silverio Ribair da Silva, Henrique Desiquien, Dr. Manoel Ricardo da Fonseca e sua mulher, Dr. Frederico Heydtmann, Dr. Vicente Machado, 30 passageiros de 3ª e 4 em transito.
Aracajú—9 ds., lugar port. *Alves*, 306 tons., m. Manoel d. Jesus Gonçalves, eq. 8; c. assucar, algodão e cocos a C. Abranchas & Comp.; passags.: 9 de prôa.

Noticias maritimas

Vapores esperados

Hamburgo por Pernambuco e Lisboa, «Uraguay» 30
Rio da Prata, «Carlo R.» 30
Wellington, «Arawa» 30
Hamburgo, por Lisboa e Bahia, «Itaparica» 30
Portos do sul «Cavour» 30
Genova e Napoles, «Napoli» 31
Havre por Lisboa e Bahia, «Ville de Pern.» 31
Liverpool, por Lisboa e Bahia, «Donati» 31
Liverpool, por Pernambuco, Bahia, Lisboa e Bordéas, «Galicia» 1 fev. 1
Bordéas e escalas, «Brésil» 3 3
Santos, «Montevideo» 3 3
Portos do norte «Manáos» 3 3
Bordéas e escalas «Medoc» 3 3
Genova e Napoles, «Brazil» 5 5
Rio da Prata, «Vincenzo Florio» 6 6
Santos, «Ohio» 6 6
Rio da Prata, por Santos «Atrato» 7 7
Hamburgo por Lisboa e Pernambuco «Olinda» 7 7

Vapores a sahir

Rio Grande e Porto Alegre, «Cometa» 30
Nova York, «Dalton» (4 hs.) 30
Santos, «Uruguay» 30
Genova e Napoles, «Carlo R.» 30
Southampton e Antuerpia por Bahia, Pernambuco, Lisboa e Vigo, «Elbe» (4 hs.) 30
Antuerpia e Southampton, «Galilea» 30
Londr. s e Plymouth, «Arawa» 30
Portos do norte, «Pernambuco» 30
Itapemirim, Guarapary, Victoria e S. Mathews, «Araraama» 31
S. João da Barra, «Carangola» 31
Bahia e Pernambuco, «Camillo» 31
Imbitiba, «Bezerra de Menezes» 31
Por os do sul «Besterro» (12 hs.) fev. 1
Nova York, «Holbeim» 1 1
Portos do sul, «Cabrals» 1 1
Pacífico e Rio da Prata, «Galicia» 2 2
Rio da Prata, «Brésil» 4 4
Hamburgo, por Bahia e Lisboa «Montevideo» 5 5
Genova e Napoles, «Vincenzo Florio» 6 6
Antuerpia e Bremen, por Bahia e Lisboa «Ohio» 8 8

Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, a 4ª prestação de 5 % ou 10\$ por acção.
Banco Colonizador e Agricola, a 3ª prestação de 10 % ou 20\$ por acção; de 1 a 6 de fevereiro proximo futuro.
Companhia Suburbana de Seguros, 1ª prestação de 10 % ou 20\$ por acção; até 25 de fevereiro futuro.
Companhia Nacional de Tecidos de Seda, a 1ª prestação de 10 % ou 20\$ por acção.
Companhia Nacional de Constracções, a 2ª prestação de 10 % ou 20\$ por acção; até 31 do corrente.
Companhia Correio do Povo, a subscrição de 2.500 acções de 100\$ cada uma e entrada de 20\$ por acção.
Companhia Nova Industria, a 3ª prestação de 10 %, ou 20\$ por acção; até 7 de fevereiro proximo futuro.
Cooperativa do Carvão, a subscrição de 4.000 acções de 50\$ cada uma.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento do dia 2 a 23 de janeiro..... 5.031:162\$908
E do dia 29..... 201:326\$609
5.232:489\$593
No mesmo periodo de 1889..... 5.061:993\$648

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 2 a 28 de janeiro..... 535:110\$058
E do dia 29..... 18:144\$087
523:254\$145
No mesmo periodo de 1889..... 495:646\$306

MESA DE RENDAS DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 2 a 28 de janeiro..... 128:876 090
E do dia 29..... 249\$363
129:125\$458

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 28 de janeiro de 1890 foram:

	Desde 1 do mez	31 pipas.
Aguardente.....	10.494	53.911 kilogs.
Algodão.....	279.668	7.916.521 »
Café.....	33.200	714.725 »
Carvão vegetal.....		412.596 »
Couros seccos e salgados.....		1.842 »
Farinha de mandioca.....		118 »
Feijão.....	278.249	»
Fumo.....		3.203 »
Madeiras.....	8.880	55.653 »
Milho.....		3.133 »
Polvilho.....	2.312	122.911 »
Queijos.....	780	87.444 »
Toucinho.....	42.896	1.015.331 »
Diversas.....		»

CAFÉ

Telegramma expellido pela Associação Commercial para Nova York em 29 de janeiro de 1890, de manhã.

Existencia total.....	200.000
Entradas no dia 28.....	16.000
em Santos.....	7.000
Embarque para os Estados Unidos.....	5.933
Idem para a Europa.....	4.000
Estado do mercado.....	firme
Preços: os mesmos.	

Embarque de café no dia 29 de janeiro de 1890:

Zenha Ramos & Comp. (Pernambuco).....	810
Os mesmos (Maranhão).....	145
Os mesmos (Pará).....	235
Leonel de Carvalho & Comp. (Idem).....	368
Antonio Magalhães de Siqueira & Irmão (Porto Alegre).....	268
Os mesmos (Pelotas).....	92
Os mesmos (Paranaguá).....	33
Mac Kinnell & Comp. (Port E. Izabeth).....	30
Arbuckle Brothers (Nova-York).....	3.557
James Mathew & Comp. (Londres).....	500
John Bradshaw & Comp. (Idem).....	1.490
John H. Bellamy & Comp (Antuerpia).....	250